INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

IVAGNO SILVA BRITO

Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa

Oziel Alves Pereira:

A saga e a mística na luta pela terra na Amazônia paraense

MARABÁ/PARÁ
2020

IVAGNO SILVA BRITO

Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa Oziel Alves Pereira: a saga e a mística na luta pela terra na Amazônia paraense.

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à Faculdade de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau em Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Profa. Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves

MARABÁ/PARÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Brito, Ivagno Silva
Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa Oziel Alves Pereira: a saga e a mística na luta pela terra na Amazônia paraense / Ivagno Silva Brito ; orientadora, Ailce Margarida Negreiros Alves. — Marabá : [s. n.], 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2020.

1. Juventude rural - Condições sociais. 2. Assentamentos humanos - Aspectos sociais. 3. Trabalhadores rurais - Narrativas pessoais. 4. Memória autobiográfica. 5. Posse da terra. 6. Assentamentos humanos - História. 7. Violência contra os trabalhadores rurais - Eldorado dos Carajás (PA). I. Alves, Ailce Margarida Negreiros, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

Elaborado por Alessandra Helena da Mata Nunes - CRB2/586

IVAGNO SILVA BRITO

Data da defesa: ____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profa. Ma. Ailce Margarida Negreiros Alves
UNIFESSPA/ FECAMPO
Orientadora

_____
Profa. Ma. Maria Célia Vieira da Silva
UNIFESSPA/ FECAMPO
Examinadora interna

_____
Profa. Ma. Maria Suely Ferreira Gomes
IFPA/ Campus Rural de Marabá
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível pela colaboração de sujeitos importantes no decorrer de minha jornada acadêmica, e de forma especial agradeço aos professores da FECAMPO, a companheiros(as) como Kleyidston, Rosangela, minha orientadora Margarida e minha familia que em momentos de desanimo estiveram presentes dando força e ânimo para seguir em frente em minha caminhada.

Abraços fraternos!

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre o Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa Oziel Alves Pereira, dentro de um contexto pleno de contradições sociais, e portanto, de conflitos por terra e território. O acampamento da juventude exige compreender o protagonismo político da juventude Sem Terra e seu papel na territorialização camponesa no sudeste do Pará. O evento ocorre no período de 10 a 17 de abril em Eldorado do Carajás, na Curva do S, às margens da BR-155, um ato político de denúncia, e em memória aos 19 Sem Terras massacrados em 1996. A pesquisa qualitativa, combinada à quantitativa, permitiu trabalhar com a memória a partir das narrativas de sujeitos partícipes do evento, memória fotográfica, análise documental e dados estatísticos. As reflexões encontram aporte em vários autores dos quais apontamos alguns: HEBETTE (2004), MARTINS (1997, 2012), reflexões importantes sobre a Amazônia, conflitos agrários e a questão regional; ARROYO (2014); DAYRELL E CARRANO (2014); GUARANÁ (2009); MARINHO (2016), sobre a juventude; GOHN (2011) o papel dos Movimentos Sociais. Toda a análise do trabalho tem como base o materialismo histórico dialético de Marx. Como resultados iniciais vimos que o acampamento pedagógico da juventude representa um espaço de imersão no debate sobre as relações constitutivas do campo brasileiro e amazônico, é espaço produtor de conhecimentos para a compreensão da territorialização camponesa na região; é um *locus* de protagonismo da juventude Sem Terra, espaço de aprendizagem na vivência coletiva, de trocas, de estudo, trabalho, arte e cultura e mobilização; espaço revelador do papel desses sujeitos na luta pela terra que constroem e transformam a curva do “S” num espaço poderoso de resistência, dando visibilidade nacional e internacional ao massacre de Eldorado dos Carajás, numa luta pela memória, capítulo importante da história do campesinato no Pará, que a humanidade não pode esquecer; um processo cotidiano de produção de uma cartografia sem terra no Pará.

Palavras chave: Acampamento Pedagógico. Juventude Sem Terra. Massacre de Eldorado. Região de Carajás.

LISTA DE SIGLAS

FETAGRI- Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CPT- Comissão Pastoral da Terra

UFPA- Universidade Federal do Estado do Pará

CEPASP- Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular

SDDH- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

CVRD- Companhia Vale do Rio Doce

INCRA – Instituto Nacional e Colonização da Reforma Agraria

ITERPA – Instituto de Terras do Estado do Pará

SUDAM- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PSL- Partido Social Liberal

UDR- União democrática Ruralista

CNS- Conselho Nacional dos Seringueiros

FASE- Federação de Órgãos para a assistência social e educacional

MEB- Movimento de Educação de Base

UNAMA- Universidade da Amazônia

IALA- Instituto de Agroecologia Latino Americano

PIN- Plano de integração internacional

LGBT- Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgenêro

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Imagem do velório dos 19 corpos dos trabalhadores massacrados em Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996 .....p.27

Figura 02- Imagem do Jornal do Brasil que expõe os corpos das vitimas do massacre no instituto médico legal de Marabá p.28

Figura 03- Homenagem das crianças na curva do S as vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás p.30

Figura 04- Imagem do monumento Eldorado Memoria.....33

Figura 05- Imagem da Reprodução do monumento Eldorado Memoria gravada na parede do Campus I da Universidade Feredral do Sul e Sudeste do Pará.....p.33

Figura 06-07- Do lado esquerdo imagem das castanheiras mortas, do lado direito momento de reunião na construção do monumento no assentamento 17 de abril.....p.35

Figura 06 e 07- Imagens das equipes de trabalho na revitalização do monumento na curva do S em Eldorado do Carajás.....35

Figura: 08- Imagem do Monumento das Castanheiras na Curva do "S" em Eldorado dos Carajás.....p.37

Figura 09- Do lado esquerdo a imagem da estrutura física e do lado direito a participação dos jovens no I acampamento pedagógico e 2006 .....p.38

Figura 10 Imagem do jovem Oziel Alves Pereira que foi assassinado no massacre de Eldorado do Carajás.....p.41

Figura 11 - Imagem do painel produzido pelo coletivo da Igreja Católica da Diocese de Marabá.....p.45

Figura 12 - Imagem do painel do Oziel produzido pelo Coletiva Nacional de Artes p.47

Figura 13- Imagem da Estrutura e participantes do I Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves Pereira, 2006.....p.53

Figura 14- Imagem da lustração e texto de Oscar Niemeyer a respeito da destruição do Monumento Eldorado Memória em 1996. .....p.66

Gráfico 01 – Quantidade de Jovens presentes no Acampamento 2006-2019 46

Gráfico 02 – Acampamento da Juventude em relação a questão étnico racial e de gênero 48

Grráfico 03 – Acampamento da Juventude em relação ao Estado Civil e paternidade declarada 49

Sumário

INTRODUÇÃO **11**

Capítulo I: Motivações da pesquisa e a opção metodológica 15

1.1 Saga I: Resistências e vivências na Amazônia 15

1.2 A Estratégia Metodológica 20

Capitulo II: Saga II - Massacre contra Sem Terras em Eldorado 22

2.1 . De Adelaide, Arnaldo, ... a Oziel: a luta Sem Terra no Carajás 23

2.2. 19 Castanheiras mortas, 19 Sem Terras chacinados 30

2. 3. Revitalização do monumento e o protagonismo da Juventude Sem Terra 38

Capitulo III: Parem! Aqui só tem mulheres e crianças! O Acampamento da Juventude 42

3.1. Oziel Alves Pereira - Somos sementes! 42

3.3. A Juventude Sem Terra e a resposta ao governo de Almir Gabriel 49

Capitulo IV: A Mistica Sem Terra 61

4.1. O ato da mística e seu caráter formador 61

4.2 As múltiplas dimensões do acampamento 64

4.3 A Curva do "S" e a disputa pela memória 71

CAPÍTULO V – Narrativas Imageticas 74

5.1. Juventude, rebeldia e memória pelas imagens das Câmeras 73

Considerações finais 77

Referências 85

Morrerei de pé com as árvores!

Eu morrerei de pé como as árvores.

Me matarão de pé.

O sol, como testemunha maior, porá seu lacre sobre meu corpo duplamente ugido.

E os rios e o mar serão caminho para todos meus desejos,

Enquanto a selva amada sacudirá, de júbilo, suas cúpulas.

Eu direi minhas palavras:

- Não mentia ao gritar-vos

Deus dirá a meus amigos:

- Certifico

Que viveu com vocês esperando este dia.

De golpe, com morte,

Minha vida se fará verdade.

Por fim terei amado!

Dom Pedro Casaldáliga

INTRODUÇÃO

A dinâmica de exploração da Amazônia sempre contou com a migração de trabalhadores e trabalhadoras de outras regiões do Brasil. Assim foi na época da borracha, da Castanha, do garimpo, da madeira e outros. Muitos e muitas nordestinos/as, principalmente, se dirigiram a várias partes da região: Acre, Amazonas, Pará e outros estados. Muitos pesquisadores escreveram sobre a migração para a Amazônia (BECKER, 1977; MARTINS, 2012; HEBETTE, 1994; HALL, 1980). O sudeste paraense experimenta até hoje esse movimento migratório, motivado por políticas de Estado, a exemplo dos Planos de Integração Nacional (PIN), a partir dos anos 70, e sua enganosa propaganda de "espaço vazio". Os Planos para a região viabilizaram a construção de infraestruturas como estradas, ferrovias, portos, hidrelétricas e outros, facilitando a vinda de levas de migrantes para esta região. Muitas famílias foram literalmente trazidas pelo governo militar, selecionadas para habitarem nas laterais da Rodovia Transamazônica, em lotes de 100ha, e a grande massa de retirantes inicia sua saga rumo a Amazônia em busca de melhores dias, da promessa de oportunidades de emprego e renda e *terra pra burro*, falácia da propaganda oficial.

Nos anos 1970 e 80, uma massa de famílias migrantes, desterritorializadas de suas regiões de origem, cansadas das falsas promessas do governo militar, e não encontrando as "terras sem homens..." organizam ocupações em áreas de fazendas e castanhais da região, que ficara conhecida como a luta posseira (GUERRA, 2004). Eram famílias migrantes do nordeste, centro-oeste e sudeste, vítimas da pobreza extrema, conflitos fundiários e da seca que impunha vida severa aqueles que viviam no campo, como diz Patativa do Assaré e Luiz Gonzaga, na música A triste partida:

> ... Em um caminhão, ele joga a *famía*
> Chegou o triste dia, já vai viajar
> (Meu Deus, meu Deus)
> A seca *terrível, q*ue tudo devora
> Ai, lhe bota pra fora da terra Natal. Ai, ai, ai, ai **...**

Agora não mais só para o sul do país várias famílias migram para a Amazônia, alimentadas pelas necessidades cotidianas e em busca de melhoria de vida e até da sorte, representada, pelo garimpo de ouro de Serra Pelada, outrora pertencente ao município de Marabá-PA e ainda movidos pela esperança de possuir um pedaço de terra. Isso levou milhares de pessoas a se reconstruírem em território desconhecido. Os incentivos ficais do Governo Federal, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

(SUDAM), incentivou uma nova ordem de ocupação do território amazônico, provocando a concentração fundiária, a grilagem de terras, o desenvolvimento da pecuária, o desmatamento da floresta nativa, a exploração de madeira e mais recentemente, grandes monocultivos de soja, eucalipto e outros. Todo esse conjunto de imposições ignorou e ignora formas específicas de vida existentes na Amazônia, e suas interações com a natureza, que são de extrema relevância para as populações que habitam a Amazônia. A forma agressiva como tem se dado o avanço do capital na Amazônia, com a conivência de governos subservientes, determina a implantação de grandes projetos, a exemplo da abertura de novas rodovias, ferrovias, hidrelétricas, Portos, o Programa Grande Carajás justificado com discurso de "desenvolvimento" e de "progresso", estereotipando como atrasadas as formas de existência das populações camponesas, quilombolas, indígenas e extrativistas. Esse processo na verdade, provocou graves problemas ambientais e consequentemente o aumento dos conflitos sociais (HEBETTE, 2004), na disputa pela terra e por território na Amazônia. Becker, na Conferência do Instituto de Estudos Avançados da USP, em 27 de abril de 2004, publicado pela Revista Estudos Avançados (2005, p. 80) reconhece esse lugar como fronteira, e destaca que:

> [...] Nos anos de 1970, o que sustentou a fronteira foram os incentivos fiscais e a migração generalizada do país inteiro, esta induzida pelo governo federal. Atualmente, a migração dominante é intra-regional, de um estado para o outro e, sobretudo, rural-urbana (exceção feita ao Mato Grosso, que continua atraindo população de fora, principalmente do Sul e do Nordeste). (BECKER, 2004, apud. Estudos Avançados p.80)

Diante da análise é possível perceber que a Amazônia sempre foi olhada do ponto de vista econômico, visando a acumulação de capital, e a ideia da integração tem o sentido de entrega da biodiversidade, fato que expõe os reais interesses dos monopolistas estatais e internacionais sobre o território. A dinâmica de modernização capitalista imposta a região amazônica provocou a disputa pelo território, e entre "os novos donos da terra" uma classe empresarial, com o apoio total do Estado do poder judiciário, tendo a sua disposição créditos, infraestruturas e outros; e do outo lado os povos tradicionais que vem sendo impactados com os agravamentos dos problemas ambientais, sociais, fundiários e a violência no campo (MARINHO, 2016). Em pleno fervor da luta posseira, organizada pelos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região, ligados a Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura, bem descrita por Hebette (2004) e Guerra (2001), um novo sujeito passa a compor esse cenário de enfrentamentos na Amazônia: o Movimento dos Trabalhadores Ruurais Sem Terra-MST. O final dos anos

1980 e início dos anos 90, marco histórico da chegada do MST no Pará, ressignifica e intensifica as tensões e enfrentamentos por terra na Amazônia. A ousadia de fazer marchas e ocupações massivas com milhares de famílias sem terras, denunciando publicamente a concentração fundiária e a fragilidade documental dessas áreas, marca nova forma de enfrentamento às oligarquias, ao agronegócio e a mineração. Conflitos de dimensões internacionais acontecem, como o massacre da Ponte sobre o Rio Tocantins, no confronto entre garimpeiros e polícia militar, e o massacre da Curva do "S", envolvendo Sem terras e Polícia Militar. É neste cenário que a pesquisa sobre o Acampamento Pedagógico Oziel Alves Pereira se desenvolve, tendo como objetivo problematizar e identificar os elementos que dão base e sustentação ao Acampamento, perceber os reflexos desse acampamento na formação da juventude e na luta pela terra no sudeste paraense, a partir da luta sem terra. Pretende ainda discutir o papel protagonista da juventude Sem Terra; sua capacidade de mobilização no enfrentamento a estrutura agrária de caráter concentracionista.

O trabalho está organizado em cinco capitulos: o primeiro aborda as Motivações da pesquisa e a opção metodológica, o percurso no qual construí a pesquisa. O segundo capitulo trata da luta camponesa na amazonia, particularmente, no sudeste paraense. No terceiro capitulo, os elementos históricos do Massacre de Eldorado do Carajás enfatizam o papel do Estado na execução dos sem terra, em especial, a do jovem Oziel, de 17 anos, que se tornou símbolo da resistência da juventude Sem Terra. Trata ainda do Movimento Sem Terra, como sujeito coletivo e como este tem se reinventado ao longo dos anos, depois do massacre; que estratégias adotou para continuar a luta pela Reforma Agrária no estado, em especial, no sudeste do Pará. Traz também o processo de construção do Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa; qual a importância e significado desse acampamento para as lutas camponesas em nossa região e que questões sociais, políticas e culturais sustentam esse acampamento.

O quarto capitulo aborda a questão da mística sem terra e o seu caráter formador presente no acampamento. As estratergias de lutas e resistências construídas pela juventude na luta pela terra, inspiradas no legado daqueles que foram vitimas do massacre de 1996 na curva do 'S'. Busca também frizar a reação da burguesia agrária e da direita brasileira, como tentativa de apagar a memória do massacre na Curva do "S", e de silenciar os camponeses destruindo a memória. Finalmente o quinto capitulo apresenta uma coletânea de imagens, de algumas das edicões do Acampamento Pedagógico da Juventude, registros feitos por várias pessoas que participaram dos eventos. As imagens fotografadas trazem os vários momentos: políticos, místicos e pedagógicos, o que nos leva a reafirmar que as

imagens se revelam como um importante instrumento de registro de pessoas, grupos, atos, ações, contexto, lugares e momentos que preservam a memória e ressignifica o passado, que se mantém presente, e marcam as histórias dessa região e as contradições produzidas pela presença do grande capital.

Capítulo I: Motivações da pesquisa e a opção metodológica

1.1 Saga I: Resistências e vivências na Amazônia

A Amazônia é conhecida mundialmente não só pela sua grandeza territorial, constituída de nove países, mas também pela riqueza natural, seus ecossistemas naturais, imensa bacias hidrográficas, uma biodiversidade constituída por variadas espécies, sua fauna e flora inigualável, habitada por uma diversidade de povos tradicionais e etnias que produzem um mosaico cultural ímpar. Porém, essa Amazônia hoje encontra-se ameaçada, agredida, invadida e apropriada ilegalmente pela lógica da mercantilização capitalista sob o lema da modernização, que condena como atrasadas e ultrapassadas suas populações, e as expulsa violentamente dos seus territórios, e segue devastando a natureza. Na Amazônia brasileira já perdemos muito das florestas, dos mananciais, com os grandes projetos de estradas, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, portos, e também com a invasão de áreas públicas e de povos tradicionais e agricultores familiares por fazendeiros e empresas. Desde a colonização europeia, se estabeleceu, uma verdadeira saga aos povos originários, depois extrativistas e outras populações camponesas. Ao longo da história do Brasil e da Amazônia milhares de povos foram cruelmente condenados a não existirem, muitas etnias, línguas e culturas foram dizimadas, em verdadeiras guerras contra os povos originários (RIBEIRO, 1995, p. 33), processos de escravidão, assassinatos, chacinas, massacres enfim, uma verdadeira saga contra esses povos na disputa pelos bens naturais, especialmente as terras e territórios e assim, sua fauna e sua flora.

Falar do Acampamento da Juventude é falar dessa história, é falar dessa saga étnica e camponesa, é falar do sujeito sem terra, um sujeito coletivo que aglutina milhares de pessoas de todos os cantos do país, desprovidas de direitos e condições de vida, e por isso se joga a sorte, se aventurando, enfrentando condições hostis, acreditando que vai encontrar um lugar em que possa se reproduzir e sustentar sua família. Dessa maneira encontra no MST abrigo, e se dá conta, de que não está só, e se fortalece na luta cotidiana pela vida. Falar do Acampamento Oziel Alves Pereira é falar de centenas de jovens atirados na grande fronteira amazônica do sudeste do Pará. Uma juventude filha de camponeses desterritorializados, portanto migrantes, obrigados a enfrentar as mais adversas situações e violências, todos os dias, na região de Carajás. Viver ao redor da maior fonte de minério de ferro do mundo, e ficar a “ver, não navios”, mas também o trem passar carregado de riqueza e deixar um povo pobre. Região emblemática não só pela

violência e miséria do povo, mas essencialmente por ser fonte de riqueza, como apontam as centenas de matérias de jornais, revistas e outros veículos que falam do Eldorado, do "desenvolvimento", do "progresso", para poucos.

Assim, falar desse Acampamento é como falar da vida e dos sonhos de milhares de jovens que por aqui habitam, é falar de mim mesmo, da minha própria vida, da condição de jovem filho de migrante, na luta cotidiana por terra trabalho e pão. Assim sou parte dessa história, inclusive como partícipe do acampamento, na condição de coordenador. E assim, sou mais um, dos milhões de jovens que vivem nessa grande fronteira, cuja pobreza é resultado das contradições da relação capital/ trabalho, e com isso, não se trata apenas de argumentos teóricos, mas de sentir na pele essas contradições. Portanto é trazer o peso da própria experiência vivida, do que é ser jovem sem terra, pobre, migrante na fronteira. O termo fronteira aqui é utilizado no mesmo sentido que Martins (1997) utiliza, como o lugar dos embates, das disputas, dos conflitos e enfrentamentos, o lugar do diferente. Para o autor é na fronteira onde os/ as diferentes se lançam com a esperança de dias melhores, mais enfrentam dias piores, entre estes/ as: posseiros/ as, garimpeiros/ as, indígenas, missionários/ as, colonos/ as, e ao mesmo tempo aqueles/ as do mundo capitalista, e assim seguem o curso histórico dos caminhos e descaminhos, bem discutido em Martins (1997), e compõe um cenário de disputas acirradas, verdadeiras guerras na tragédia fronteiriça. Em outra reflexão o autor diz que:

> A partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da ditadura militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a reinstauração do regime político civil e democrático em 1985.
> A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. (MARTINS, 1996, p.26)

Nossa experiência nestas bandas de cá, mostra que a ambição fala mais alto, as terras foram fatiadas para empresários de São Paulo, principalmente, e que moram lá. Os processos de desterritorialização e de violência que ocorrem por aqui são diversos. Como diz Marques (2019, pp. 189, 190): "Por meio da violência jurídica, econômica ou armada, a população é afastada de seus territórios. [...] impulsionada pela grande propriedade, seja do agronegócio, seja da mineração."

Movidos pela esperança, na década de 1970, meus pais migram do estado do Maranhão para o estado do Pará, ficando precisamente na antiga Vila Rondon, lugar onde se conheceram e constituíram família, composta por 5 filhos, entre três mulheres e dois homens. Anos depois, marcados pelas dificuldades financeiras de criar e educar os filhos,

no início dos anos 80, se deslocam para cidade de Curionópolis sudeste do Pará, quando explode notícias de garimpos na região. Procurando melhorar a situação econômica da família, meu pai decide aventurar a sorte nos garimpos de Serra Pelada e o garimpo da Cutia.

Enquanto isso, crescíamos na pequena cidade, pouco desenvolvida, mas muito movimentada, um lá e cá de dezenas de garimpeiros, gente pobre, acreditando e apostando na sorte, que a qualquer hora vai *bamburrar* e ficar rico. Marcada pela violência brutal e a ganância exacerbada, provocada pela febre do ouro, que iludiu milhares de pessoas, estimulando-as a se deslocarem para a região amazônica, em busca de novas horizontes.

Vivemos em Curionópolis por 13 anos, ainda nos resquícios da Ditadura Militar, onde a busca violenta do ouro e as disputas por terra, fomentava um novo ciclo de violência na região, tornando a cidade tenebrosa e assustadora, uma cidade sem lei e entregue ao descaso total. Lembro, que quando criança, quase todas as manhãs quando íamos pra escola era possível encontrar corpos de pessoas que foram assassinadas na noite. A rua era conhecida como 31, a mais famosa por ser repleta de bordeis, esse era o percurso que eu fazia até chegar na minha escola, um período considerado muito perigoso para se andar nas ruas. A cidade de Curionópolis era conhecida como *Trinta*, por sua localização no Km 30, isso de dia, por que a noite ganhava o nome de *Trinta e Oito*, referente ao calibre do revólver, dado o grau de violência local, um lugar onde não havia tempo pra infância, pois não tinha lugar seguro, e por todos os lados da cidade transitava um contingente de pessoas nômades, simples que se tornavam alvos desse ciclo de violência.

Desde os áureos tempos da colonização europeia a resistência de povos tradicionais e populações na Amazônia tem sido frequente. Os povos indígenas, a Cabanagem, a Guerrilha do Araguaia, a luta posseira e outras, foram traçando a luta e os enfrentamentos de quem decidiu viver em terras amazônicas. A luta sem terra é outra forma de resistir, embalada no dinamismo e rebeldia ousada do MST, provocando um diálogo com a sociedade pela sua particular forma de reivindicar com as marchas nas ruas, ocupações, debatendo a questão agrária. Esta se soma a luta posseira em curso na região, compondo um mosaico histórico tenso da luta pela terra, o que aqui, chamamos: saga camponesa na Amazônia.

No sudeste do Pará, o Movimento sindical protagonizou energicamente ações questionando as bases oligárquicas e latifundiárias. Enfrentou o Estado ditatorial, primeiro reorganizando os Sindicatos de trabalhadores rurais que eram totalmente atrelados as oligarquias e aos desmandos do Estado (GUERRA, 2004). Através da oposição sindical,

saiu do sindicalismo *pelego* e apoiou o movimento dos posseiros na região até os anos 1990 liderando organizações posseiras em áreas com documentação irregular, tornando-a área de posse. Esse movimento foi muito importante na região e aglutinava um conjunto de outros sujeitos comição Pastoral da Terra- CPT, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular-CEPASP, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos-SDDH, CAT, ligado a Universidade Federal do Estado do Pará -UFPA, Federação de Órgãos para a assistência social e educacional- FASE e outros em torno dessa luta (HEBETTE, 2004). Na década de 90 existiam muitas fazendas e áreas de castanhais ocupados por esse movimento que ficou conhecido como a luta posseira (GUERRA, 2004), reafirmando a existência de uma resistência ao latifúndio e requerendo áreas para a reforma agrária. Os posseiros eram famílias migrantes do nordeste do país, especialmente do Maranhão, vindas para a região com a esperança de ter uma terra, já que a propaganda dizia que aqui era "terra sem homens para homens sem terra". Nesse movimento morreu muita gente assassinada, a mando das oligarquias e de outros fazendeiros.

Em meados dos anos 80 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi fundado em Cascavel-PR, um movimento social de caráter político, que inaugura uma nova forma de luta (STEDILE, 2012); e sua principal pauta é a democratização da terra, além de outras inerentes ao contexto e aos sujeitos Sem Terras, como: educação, saúde, moradia, cultura e lazer. No Pará, seu início se dá em 1989, no Sul do Pará, o que resultou na ocupação da fazenda Ingá, em 10 de janeiro de 1990, município de Conceição do Araguaia (ROCHA, 2016). Assim, famílias sem terra passam a ser sujeitos da luta pela reforma agrária na Amazônia. O MST se destaca entre uma heterogeneidade de Movimento Sociais, num ambiente de pressão pela abertura democrática do Brasil, fazendo mobilizações pelo direito a terra, num contexto de pobreza extremada, exclusão social, econômica, étnica e de gênero. Um palco de conflitos (GOHN, 2007, p. 40). A autora além de dizer que os Movimentos Sociais sempre existiram e sempre existirão, os define:

> [...] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. (GOHN, 2011, p. 335)

Nesse período o movimento colocou em curso o seu programa de espacialização do MST, ampliando suas bases, agregando milhares de famílias Sem Terra, algumas que perderam a terra, sendo desterritorializadas pelo cercamento das terras, outros que sendo trabalhadores rurais viviam numa verdadeira peregrinação, de terra em terra, mudando de patrão ora trabalhando na porcentagem, na *empeleita*[1] ou no sistema de meia na terra de terceiros, mas essencialmente guardando o sonho de um dia ter sua própria terra. O MST ciente da realidade do país, iniciou ocupações de grandes propriedades rurais, baseadas na Constituição Brasileira de 1988 na (lei 8.629 de 25.02.1993, artigos 184 e 185), que diz que todas as propriedades rurais que não cumpriam a função social, ou ainda, aquelas envolvidas em práticas de trabalho escravo, crimes ambientais e grilagem de terras, são áreas aptas para fins de Reforma Agraria. Nessa perspectiva, e entendendo que as terras na região foram adquiridas historicamente de forma ilegal por grandes fazendeiros do sul do país constata-se um vasto cenário de terras com estas caraterísticas. Encontra-se ainda nesse mesmo período como parte do processo de expansão do grande capital o consorcio entre *pecuária – mineração - polos industriais*, (MICHELOTTI, 2019), processos que tem como base fundamental a exploração e degradação de recursos naturais em larga escala, provocando a desterritorialização de povos tradicionais que compõe o mosaico do campesinato amazônico, alterando profundamente as formas de vida desse sujeitos que vivem da terra, das águas e da florestas para a reprodução da vida.

O enfrentamento direto com o latifúndio e o Estado, já em curso em anos anteriores culminou no acirramento da disputa pela terra, e os anos 90, foram marcados por dois acontecimentos importantes e centrais para o fortalecimento da luta pela democratização da terra. Primeiro trata-se da criação da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAGRI - Sudeste), cujo corpo social identificado inicialmente como posseiros e posteriormente de agricultores familiares já encontram-se em plena ação política desde final dos anos 70, pela via sindical. Essa organização se denomina em Guerra (2004) de luta posseira. Marinho (2016). O segundo se dá pela criação pela e territorialização do movimento sem-terra (MST) na região, organização de uma estrutura com identidade sem terra, e um corpo social constituído principalmente de jovens atuando organicamente no campo e nas periferias das cidades, afirma que esses dois momentos permitiram o surgimento de novas estratégias de luta pela terra em nossa região. Michelotti (2008), destaca o crescimento do número de territórios ocupados em meados da década de

[1] Expressão utilizada por camponeses que trabalham de forma temporariamente, nas empreitadas das fazendas, seja derrubada, na broca, ou noutra atividade de forma contratado temporariamente.

1990 e a pressão política que isso representa, colocando isso como resultado desse empoderamento político como a chegada desses dois sujeitos coletivos: FETAGRI e MST, que compõem o chamado Movimento camponês atuante na região de Carajás. Vale destacar a existência de outras organizações: populações tradicionais como os povos indígenas, mulheres quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, além de outras, na resistência em defesa de seus territórios.

Este é o cenário de lutas e tensões, conflitos com mortes e enfrentamentos onde eu cresci e me tornei um sujeito com identidade política sem terra.

1.2 A Estratégia Metodológica

O objetivo de refletir sobre o Acampamento da Juventude, remete a necessidade de perceber o contexto em que o fato se realiza, um contexto pleno de contradições sociais e especialmente conflitos por terra e território. Assim sendo se faz necessário observar como o acampamento da juventude se configura neste cenário de disputas e como se constitui, o que exige compreender o protagonismo político da juventude e seu papel na territorialização camponesa no sudeste do Pará. Entender ainda a inserção dessa juventude no Movimento Sem Terra, e sua contribuição como sujeito coletivo na construção de um processo de resistência, que forja a Reforma Agrária popular. Daí é fundamental recorrer ao materialismo histórico dialético de K. Marx, citado por Demo (1995, p. 171), como método para dar conta de observar a realidade como resultado das condições materiais existentes e assim, das situações sociais, econômicas, políticas de um contexto de extrema desigualdade. Na análise de Silva (2019, p.50): [...] “partem da realidade social para captar as múltiplas determinações, que se elevam na elaboração de um todo pensado que relaciona particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto” [...].

Aqui os sujeitos se constituem numa relação de conflito, de disputa desigual, onde prevalecem aqueles que detém a riqueza, como produto da mercantilização dos bens comuns e da exploração do trabalho. A partir daí é possível perceber a questão agrária na Amazônia como uma realidade concreta marcada pela concentração fundiária que garante a terra nas mão de poucos, e produz conflitos diversos por conta das contradições desse cenário que coloca de um lado as elites agrárias, oligarquias e suas organizações e do outro, milhares de famílias sem terra organizadas no MST, e outras formas de organização.

Dessa forma o Acampamento da Juventude Sem terra é resultado dessas contradições, e se apresenta como espaço orgânico, de denúncia, enfrentamento e resistência, uma vez que a juventude está imersa nessa realidade, como filha de sem terra acampados, assentados, agricultores e ou camponeses diretamente atingidos por uma conjuntura econômica, política e social extremamente maléfica para os sonhos de uma vida melhor com direitos garantidos. Vimos ainda que o melhor caminho era partir da pesquisa qualitativa, combinando várias estratégias metodológicas. A começar, observamos, a experiência do acampamento pedagógico como um todo, nas suas várias versões, sem recorte temporal, na sua totalidade, seus reflexos no diálogo com a sociedade sobre a questão agrária na Amazônia, e o protagonismo da juventude camponesa na luta pela reforma agrária. A combinação com a pesquisa quantitativa é necessária porque revela os números do agrário no sul e sudeste do Pará, reafirmando que elas se complementam enriquecendo, fundamentando e sustentando nossas reflexões. Dentro da pesquisa qualitativa, faço uso da pesquisa participativa por considerá-la mais apropriada, uma vez que atuamos no contexto da pesquisa, e portanto, sujeito desse universo, onde participo na condição de jovem e de coordenador do evento em análise. Ressaltamos o esforço e o cuidado do estranhamento e também de não intervir a partir de minha própria opinião. Dessa forma a pesquisa qualitativa e a participativa dão conta da especificidade do universo estudado por me permitir observar a vivência coletiva, percebendo o singular e ao mesmo tempo o todo, dentro da complexidade da realidade vivida e observada. Permite ainda o privilégio de trabalhar o oral, o escrito, a imagem, o simbólico, a arte e a mística presentes no fato estudado.

CAPíTIULO II: Saga II - Massacre contra Sem Terras em Eldorado

Pode-se tirar uma curva da estrada,
Mas jamais apagar a memória dos que a viram.
Pode-se retirar as palavras dos lábios dos que já foram embora,
Mas jamais esconder o som que elas produziram.
Bogo-2006

A organização do MST no sudeste do Pará marca um enfrentamento aberto com as elites agrárias e as oligarquias da época dos castanhais, entre elas a oligarquia Mutran, muito conhecida pelas atrocidades cometidas contra trabalhadores, castanheiros, funcionários públicos e outros. Entre os territórios ocupados pelo MST no início dos anos 1990 encontra-se a Fazenda Macaxeira, localizada no município de Eldorado do Carajás, onde centenas de famílias alimentadas pela esperança de adquirir um pedaço de terra, marcham no ano de 1996 rumo a Belém do Pará para forçar o Governo do Estado a negociação da área pela criação imediata do projeto de assentamento. Justo em uma das paradas para descansar em Eldorado do Carajás, em um trecho da rodovia que leva ao Projeto Carajás, conhecida como a curva do "S", na beira do asfalto, as famílias montam acampamento para passar a noite, cenário onde ocorreu o trágico "Massacre de Eldorado do Carajás", em 17 de abril de 1996, às 16:30 horas, na quarta feira. Ao sons dos gritos ofegantes e lagrimejantes da repórter Mariza Romão, "aqui só tem mulheres e crianças!" repetidamente, milhares de tiros com armas potentes são disparadas contra os Sem Terras, justo no berço da mineradora Vale. Na época, a repórter fazia cobertura jornalística para a Rede Globo, jornal local. Sensibilizada pela surdez e insensatez da Polícia Militar e do Governo Almir Gabriel, assiste aterrorizada aos disparos, e se torna a principal testemunha do sanguinário episódio, mais um massacre contra povos na Amazônia, inclusive teve que sumir por um tempo, abalada psicologicamente, e tendo escapado ao tiroteio, corria risco de ser arquivo morto, tal era o poder das elites agrárias na região. Mas ficara registrado na sua câmera aquelas imagens. Mesmo a polícia tendo destruído parte da filmagem, ainda deu pra perceber o barbarismo cometido pela polícia naquele dia.

Assim o dia 17 de Abril de 1996, se tornou uma data histórica, que está na memória camponesa, quando ocorreu na curva do "S" o Massacre de Eldorado dos Carajás, vitimando em números oficiais de corpos identificados e expostos no IML (Instituto Médico Legal) de Marabá, 19 homens Sem Terras assassinados, e 69 homens e mulheres mutilados, fato de autoria da Polícia Militar do Estado do Pará, época do governo de Almir Gabriel (Arquivos do MST).

Acreditamos que foi uma ação violenta do Estado articulada com a burguesia Agrária da região e supostamente com o envolvimento da antiga CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), citado no livro "O Massacre", de Eric Nepomuceno, (2007, p. 122)**,** onde a VALE teria financiado o deslocamento de ônibus dos policiais militares até o local da chacina, com o objetivo de desobstruir a antiga PA/150. Neste sentido a Vale participa diretamente do triste episódio. Além desses, a empresa carrega também outras dezenas de mortos nos casos da lama de Mariana e de Brumadinho, em Minas Gerais, veiculado nacionalmente pelas emissoras de televisão e jornais impressos.

A memória do Massacre de Eldorado dos Carajás faz parte da história dos camponeses e camponesas na Região Sul e Sudeste do Pará. Tragédia que teve repercussão nacional e internacional, com os fatos que se efetivaram no dia 17 de abril de 1996, na Curva do "S" e que se legitimou o **Dia Internacional da luta pela Terra**, data que se tornou referência de resistência para camponeses e camponesas do mundo.

O Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa Oziel Alves Pereira é uma atividade que tem ressignificado essa data, realizando várias atividades, alusivas a memória dos camponeses Sem Terra massacrados, mas sobretudo, tem preservado a memória desses camponeses que lutam pela democratização da terra e a reprodução da vida em nossa região!

2.1. De Adelaide, Arnaldo, ... a Oziel: a luta Sem Terra no Carajás

> Os massacres dos quais nosso povo conhece são apelos instituídos no estatuto da negação de direito. Recorrem a eles para desmerecer os que, impelidos da sua própria humanidade, desobedecem á lei fértil de mando e desmando. estrume da morte! Eldorado do Carajás era pra ser silencio e desmemoria! TROCATE, 2OO6)

A Amazônia se torna ícone no mundo sob vários aspectos, entre eles, a ocorrência cotidiana de violência. No Pará particularmente tem ocorrido muitos massacres contra povos do campo, desde a colonização europeia, com o extermínio de povos originários, o massacre aos cabanos em Belém. Em Eldorado dos Carajás, particularmente, a saga camponesa é visível, e os anos 90 expressaram isso. A perseguição ao sindicalista Arnaldo Delcídio Ferreira[2] levou ao assassinato da Irmã Adelaide Molinari[3], e posteriormente ao assassinato brutal e covarde do sindicalista quando dormia na sua humilde casa naquele

[2] Sindicalista assassinado em 2 de maio de 1993.
[3] Religiosa assassinada em 14 de abril de 1985, numa emboscada Feita para Arnaldo Delcídio Ferreira.

município onde o "eldorado" contrariamente ao verdadeiro sentido da palavra, se traduz em morte, violência e outras atrocidades contra populações e pessoas humildes. Tal era a perseguição que outros/ as sindicalistas de Eldorado dos Carajás tiveram que sair de suas casas e roças para proteger suas vidas. Só para lembrar, nesse período muitos sindicalistas tanto foram perseguidos e ameaçados de morte, como criminalizados, a exemplo do conhecido popularmente, como Zé do Feijão e a sindicalista Eleuza que para não morrer, saíram da região, por estarem à frente da luta sindical. Outros não tiveram a mesma sorte como Euclides, assassinado em Parauapebas, e outros. Na região de Carajás, sudeste paraense, onde ocorre a exploração mineral sob o controle da empresa Vale, e a exploração da terra para os plantios dos monocultivos em outras regiões do estado, eventos desse porte tem se intensificado nos últimos tempos. Questão refletida por Picoli (2002, p. 12)

> Um espaço complexo onde jorra mel, leite e sangue, que envolve os marginalizados, os despossuídos, os grupos econômicos, os jagunços, e os pistoleiros, determinando-se dois mundos distintos. O crime é colocado a serviço das elites com a finalidade de aparelhar o modo capitalista de produção na região e a violência é o meio. A meta final ali ilustrada é a concentração da terra, para a produção de monoculturas que venha servir o mercado internacional através dos produtos para a exportação. Para atingir essas metas, a intolerância e a brutalidade fazem a ponte entre o capital e o Estado contra as massas.

A cada 10 anos as elites promovem e ou comemoram massacres, com a participação direta do aparato estatal. Assim foi o massacre aos jovens guerrilheiros do Araguaia na década de 1970[4] onde sucessivos massacres e chacinas vem se tornando comum. Os anos 1980 mancha de sangue a história, o rio e o campo. Em 1985 a chacina de camponeses posseiros na fazenda Ubá (HEBETTE, 2004), a mando das oligarquias locais, pistoleiros mataram barbaramente uma família inteira, na frente de uma mulher grávida e uma criança. Dois anos depois o massacre de garimpeiros na Ponte sob o Rio Tocantins, onde passa o ferro extraído da maior mina à céu aberto do mundo: Carajás, e destinado à exportação para outros países. A mando do governo Hélio Gueiros, um batalhão da PM fora desobstruir a via rodoferroviária que atravessa o Rio Tocantins no trecho Marabá - São Felix, provocando a morte de muitos garimpeiros e desaparecimento de outros, episódio sob o qual se mantem silêncio ou pouco se fala. Tiveram ainda as chacinas das Fazendas Princesa, Fortaleza, e mais recentemente a chacina de Pau D'arco, além de centenas de assassinatos daqueles que querem um pedaço de terra para reproduzir a vida nestas paragens. Pois bem, coisa tão comum entre nós que a justiça e a mídia tentam

[4] A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no sudeste do estado do Pará, com o objetivo de realizar o projeto de *guerra popular revolucionária*, inspirada na Revolução Chinesa. durante os anos de 1970 a 1974.

naturalizar desviando o sentido dos fatos. Dessa forma um novo episódio da saga camponesa na Amazônia paraense: o massacre de Eldorado dos Carajás. Cabe perguntar: por que o Estado investe tanto em armas, munições, despesas com transporte, alimentação e ainda prêmios, para esse fim, e não faz o mesmo investimento para garantir direitos sociais, promoção de vida digna: educação, saúde, moradia, transporte público, e por que episódios como esses sejam justamente contra povo do campo, camponeses e populações tradicionais?

Em 1996, na "Curva do S", em Eldorado dos Carajás, localizado no Sudeste do Pará, integrantes do Movimento Sem Terra (MST), ocupam as margens da antiga PA-150 e constroem um acampamento provisório, uma parada para descanso. Eram exatamente 16 horas e 30 minutos, uma parada para descansar, se alimentar, reabastecer para continuar a longa marcha, devido já terem feito um longo percurso de caminhada, desde a cidade de Parauapebas. A marcha dos Sem Terra seguia rumo a capital do estado do Pará: Belém, cujo objetivo era reivindicar do Governo do Estado a desapropriação imediata da Antiga Fazenda Macaxeira, para a criação de assentamento para as famílias acampadas na época.

Montado um acampamento provisório, os Sem Terra se preparavam para continuar a marcha rumo a Belém, quando de repente foram impedidos de continuar a marcha pela polícia militar. Foram encurralados naquele trecho da estrada, onde seguiam sentido à cidade de Marabá. A tropa militar era constituída por mais de 150 policiais bem armados de fuzis e metralhadoras e sem identificação, sob o comando do coronel Mario Pantoja, major Oliveira e do secretário de segurança pública Paulo Sette Câmara, no governo de Almir Gabriel, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Estes acionaram as tropas armadas para desobstruir as margens da PA- 150 sob a lei ou 'na marra'.

A ação truculenta e violenta do Estado levou ao trágico evento conhecido como Massacre de Eldorado, deixando um manto de sangue e vários corpos no asfalto quente, um surto de horror aos que sobraram da ordem de matar, vítimas da profunda desigualdade social e despossuídos do direito à terra. Kelli Mafort (2018, p. 60) considera que os camponeses foram alvo da violência estatal e das grandes corporações econômicas da região, fato analisado a partir de dados da página da Agência Global, disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/ pela autora da seguinte forma:

> O Massacre de Eldorado do Carajás foi uma ação direta das forças do Estado, tanto das forças policias que lá estavam com seus comandantes e do governo que determinou a operação em conjunto com o secretário de segurança pública, tal ação teve ainda conivência do INCRA e do ITERPA, que foram consultados em reunião que decidiu a desobstrução da estrada. Além disso, tal ação contou com

> o apoio logístico da empresa mineradora Vale (estatal à época) que pagou os ônibus que transportaram os policiais, o que pode indicar participação na voz de comando, devido aos seus interesses econômicos de trafego livre de seus carregamentos e/ou suprimentos pelas rodovias da região. (GLOBAL.IN, MAFORT. 2018)

Minha família ingressou para o movimento dos Sem Terra no início do ano de 1996, havia um grupo de militantes que estavam cadastrando pessoas para conquistar um pedaço de terra na região. Animado e bem entusiasmado com a ideia, meu pai se cadastra no movimento. Decepcionado com as tentativas de garimpagem, ele logo imaginou que essa seria a oportunidade de melhorar de vida, e no primeiro momento, apenas meu pai muda para o acampamento Formosa, nas proximidades de Curionópolis. Eu e meu irmão, ficamos na cidade, não podíamos perder o ano letivo, só íamos para o acampamento nos finais de semana. Me recordo muito bem quando fui pela primeira vez no acamamento Formosa; era uma sexta feira. Acordei cedo e me organizei todo empolgado. Meu pai tinha uma C10 Amarela, quando entrei no acampamento fiquei encantado, algo muito diferente da minha realidade, pois as casas eram feitas de palhas, muitas plantações ao redores das pequenas moradias, tudo muito organizado, um Acampamento sem terra.

Então comecei a andar pelo o acampamento de longe ouvia gritos de crianças, fui atrás das vozes e me deparei com um local cheio de crianças brincando, era um bosque e nele cortava uma grota com várias crianças banhando, e no meio da praça, um jovem de cabelos compridos, brincando com as crianças, era Oziel Alves Pereira, um militante Sem Terra, assim chamado por todos, embalado pela meninice. Essa brincadeira durou horas. Tímido, eu me aproximei e sentei em uma banco de madeira próximo deles e fiquei um bom tempo olhando aquela brincadeira. Ali vi o significado da vida para o povo pobre e sem terra, e no domingo, retornamos para a cidade de Curionópolis, e com frequência todos os finais de semana meu pai me levava para o acampamento provisório, conhecido como Formosa localizado em uma área cedida pela prefeitura para a montagem do acampamento provisório, assim explica meu pai, Sr. Rosalino Silva Brito que relembra:

> Passamos muito tempo no acampamento Formosa na cidade de Curionópolis, em uma pequena fazenda do Osmar Ribeiro, político influente da época [...], e lá ficamos por muito tempo, o nosso foco era a Fazenda Macaxeira em Eldorado do Carajás, na época da marcha eu fiquei no acampamento, foi tirado alguns companheiros da segurança para cuidar do acampamento, enquanto os outros iriam para a marcha. (BRITO, 2019).

Em 10 de março de 1996, iniciou a marcha, os Sem Terra de Parauapebas rumo a Belém, nós não fomos, mas a marcha passou pela cidade de Curionópolis e a concentração foi no posto de gasolina perto de minha casa. Em seguida a marcha segue seu curso, sua

segunda parada foi em Eldorado do Carajás precisamente na Curva do S, dias depois em um fim de tarde, quase escurecendo, numa quarta feira, 17 de abril de 1996, uma notícia assombra a pequena cidade, rumores de que a "*polícia havia matado muita gente*" em Eldorado dos Carajás, muitas histórias confusas. Não sabíamos ao certo do que se tratava, a cidade ficou apavorada pois no Jornal Nacional da época noticiara no plantão, que havia ocorrido o Massacre de Eldorado dos Carajás. Os primeiros corpos nesse momento já estavam chegando no hospital municipal de Curionópolis. Escondido, corri para o hospital. Lá havia uma grande multidão de pessoas e polícia na frente do hospital. Retornei correndo para casa, e meu pai estava triste, conversando com minha mãe, falando que muitos de seus amigos haviam morrido no massacre.

Fig: 01: Velório dos 19 sem terras assassinados em 17 de Abril de 1996.
Fonte: https://anistia.org.br

Na noite de sábado, 20/04 de 1996, os corpos chegam para serem velados na Igreja Evangélica Assembleia de Deus. A dor foi sentida por todos, a cidade ficou abalada e com medo. Meus pais se preparavam para o velório e disse que eu iria com eles; chegando na igreja uma multidão consolava uns aos outros, uma comoção total. Eu estava lá, e fiquei impactado com a imagem dos caixões dos corpos em minha frente, nunca tinha visto tantas pessoas mortas em um só lugar, o choro fúnebre cortou-me o coração, e a madrugada inteira circulavam pessoas, parentes, amigos, imprensa de várias partes do mundo, advogados, instituições de Direitos Humanos e curiosos.

No dia seguinte 21/04, em uma grande procissão os corpos seguiram para o cemitério da cidade, um momento muito forte, no translado dos corpos para os túmulos,

muitos não conseguiam caminhar, a dor tomada pela tristeza, adormecia o corpo e a alma. Outro momento forte, foram as covas abertas para receber os corpos tombados, várias covas com palmos medidos, como canta Chico Buarque em Funeral de um Lavrador.

> (...) É uma cova grande pra tua carne pouca
> Mas a terra dada, não se abre a boca
> É a conta menor que tiraste em vida2
> É a parte que te cabe deste latifúndio
> É a terra que querias ver dividida
> Estarás mais ancho que estavas no mundo
> Mas a terra dada, não se abre a boca.

O fato repercutiu em todo o país e mundialmente, e sem sombra de dúvida, o Massacre de Eldorado dos Carajás mudaria de forma significativa, a dinâmica e a estratégia de luta pela posse da terra em nossa região. Agora se coloca em curso um projeto coletivo da classe trabalhadora, e o tema da reforma agraria entra como pauta principal dos movimentos sociais. Em resposta a matança coletiva de 1996 o Movimento Sem Terra se dedicou a organização social desses sujeitos e a construção de alianças com os demais movimentos sociais do campo e da cidade e potencializam a ocupação de novos territórios, obrigando o governo Estadual e Federal, ambos do PSDB: Fernando Henrique Cardoso e Almir Gabriel a fazer mudanças no cenário Agrário do estado do Pará e no Brasil. Todos os jornais da época, publicaram imagens dos corpos executados, como a edição de 1996 do Jornal do Brasil, na Figura 2.

JORNAL DO BRASIL

FUNDADO EM 9 DE ABRIL DE 1891

Vergonha

Sem-terra são executados a sangue-frio no Pará

Fig: 02- Jornal do Brasil -1996

Em Agosto de 1996, após Massacre, o Movimento Sem Terra promove uma marcha do Assentamento Palmares a Belém, os mesmos ficaram acampados na UFPA-Universidade Federal do Pará, no qual desenvolveram um conjunto de mobilizações e atividades em resposta aos crimes cometidos contra os camponeses do estado do Pará. Os trabalhadores vão as ruas pedir justiça aos que foram covardemente massacrados, e mobilizações explodem por todo o Brasil, de 10 a 17 de abril de 1997, 1000 mil Sem Terras chegam em Brasília no qual a maior motivação da marcha era a indignação causada pelo massacre de Eldorado do Carajás, um momento de solidariedade nacional contra a impunidade que ainda prevalecia no caso. Ainda neste mesmo ano o fotógrafo Sebastiao Salgado constrói a exposição TERRA em homenagem aos trabalhadores Sem Terra, ainda em agosto de 1996, durante a II Conferência Internacional da Via Campesina, realizada no Tlaxcala no (México), em declaração da via campesina internacional, o 17 de Abril se torna o Dia Internacional da Reforma Agraria. No Brasil, por pressão social o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso decreta em abril de 2002, a data como o Dia Nacional da Reforma Agrária na **Lei Nº 10.469.**

Após o Massacre de 1996, quase quatro anos depois, o caso continuava impune, sem que ninguém fosse responsabilizado pelos crimes cometidos. A mobilização social e de defensores dos Direitos Humanos Nacional e Internacional conseguiu realizar o primeiro julgamento, em 16 de abril de 1999 em Belém, que resultou na absolvição dos indiciados do Massacre. Sanzon (2012) afirma:

> Primeira sessão do Tribunal do Júri para julgamento dos réus em Belém, presidida pelo juiz Ronaldo Valle. Esta sessão encerrou-se com a absolvição dos três oficiais julgados - Coronel PM Mário Colares Pantoja, Major PM José Maria Pereira de Oliveira e Capitão PM Raimundo José Almendra Lameira**.** Foram 3 dias de sessão com cerceamento dos poderes da acusação, impedimento da utilização em plenário de documentos juntados no prazo legal, permissão de manifestações públicas de jurados criticando a tese da acusação e defendendo pontos de vista apresentados pela defesa. Por fim, o juiz Ronaldo Valle, em decisão polêmica, apresentou questionamento aos jurados que distorceu o resultado da votação do Conselho de Sentença, obtendo assim a absolvição dos três réus pelo placar de quatro votos a três. Com a pronta reação do MST e dos advogados e promotor, os julgamentos dos demais cento e cinquenta e dois réus foram imediatamente suspenso.

O Estado nesse caso não é só omisso à luta pela Reforma agrária, mas cumplice das oligarquias, dos fazendeiros e latifundiários da região, responsáveis por essa saga, essa chaga aberta na Amazônia, aliás, o Estado ordenou a entrega das terras da Amazônia para empresários e fazendeiros de quem sempre esteve do lado e foi o próprio que ordenou o massacre. A farsa do primeiro julgamento provocou um profundo sentimento de indignação em vários setores da sociedade brasileira e da comunidade internacional, estava

evidente que a impunidade no caso de Eldorado dos Carajás, estimularia novos crimes contra camponeses da região, novos assassinatos de lideranças sociais, sindicais e religiosas. A justiça global, com base nos dados da CPT, nos mostra o acirramento dos conflitos agrários na região:

> De primeiro de janeiro de 1964 a 31 de dezembro de 1989, a CPT - Comissão Pastoral da Terra - registrou um total de 1.566 assassinatos de trabalhadores rurais, índios, advogados, religiosos e outros profissionais ligados à luta pela terra. "Dos 1566 assassinatos em 26 anos, houve apenas 17 julgamentos e apenas 8 condenações - em 9 casos houve 19 absolvição." Dados mais recentes, da mesma CPT, "revelam que de 1988 até 2000, 1570 trabalhadores rurais foram assassinados", cuja maioria dos crimes também ficou impune. http://www.global.org.br

Mais de duas décadas de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, e aqueles que orquestraram (fazendeiros, instituições e a empresa VALE), até os que executaram à ordem de atear fogo (policiais militares e jagunços), continuam impunes e respondendo aos processos criminais em liberdade, um profundo retrato do descaso e negligencia por parte do dito "Estado de Direito". Mas para o movimento Sem Terra, era necessário continuar lutando e reivindicando por direitos e por territórios, e se inspirando no legado daqueles que se puseram de pé, assim como nos lembra o trecho do poema de Vinícios de Morais (2016), contra a fúria dos senhores barões da terra e dá "ordem de matar."

2.2. 19 Castanheiras mortas, 19 Sem Terras chacinados

> Quem morreu, foi ferido, ficou mutilado -, corpo e na alma – para sempre? Integrantes de um movimento social de forte atuação, o MST, todos com as mesmas origens: miséria, o trabalho em garimpo, todos desenraizados, vivendo vida de nômades atrás da sobrevivência, atraídos pela migalha de esperança: conseguir uma terra. (Nepumuceno .2007)

Fig: 03- Homenagem das crianças às vítimas do Massacre de Eldorado.
Fonte: Arquivos do MST, 1997.

Dias difíceis de arrancar da memória um trauma generalizado que assombrava os familiares das vítimas assassinadas, mutiladas, parentes e viúvas. Sessou impositivamente a marcha de pé na estrada. Todos e todas voltaram para velar e enterrar com honra os corpos assassinados. O choque, o medo, as lágrimas, o impacto tomavam conta das centenas de homens, mulheres, jovens e crianças daquela marcha. A tragédia provocou um silencio fúnebre e tenebroso nos trabalhadores e nas trabalhadoras Sem Terra. No entanto, para o movimento camponês atingido a resposta, se materializava em gritos, em ritos e mística, em formas de dor e de indignação. A Curva do S, outrora cheia de vida, força, coragem e resistência, proferindo animadas palavras de ordem por centenas de vozes, dava um significado especial aquele lugar: *Cansados? Não! Na luta do povo não se cansa! ... Reforma Agrária quando? Já! Quando? Já*! Agora triste, vazia, plena de dor e sangue, sem vida e sem pessoas, se recompunha de luta, de luto, de cor, suor e resistência, fé e esperança. A Curva do S se tornava um lugar permanente de memória, e tomava lugar na memória de camponeses e camponesas vítimas de um modelo político e econômico de poder opressor, excludente e injusto que se dedomina "projeto de desenvolvimento" do campo amazônico.

Vale lembrar que o massacre de Eldorado, possibilitou uma grande mobilização social no âmbito local, regional e nacional, com a participação ativa de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, entidades e Movimentos sociais que produziram um ato participativo e representativo dos diversos segmentos sociais organizados. Na época: SDDH, Sindicato dos Urbanitários, Sindicato dos Metalúrgicos, Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS, CPT, Movimento de Educação de Base -MEB, CEPASP, MST, FASE Amazônia,

Universidades e outros setores sensibilizados por tal arbitrariedade dos governos com as famílias sem terras. Aquele 17 de Abril de 1996 ecoou no mundo todo e mobilizou vários setores da sociedade. No dia 07 de setembro de 1996, um grande contingente humano, num ato político, assentou e inaugurou um monumento na rotatória do Km 6, feito por um importante arquiteto brasileiro Oscar Niemayer. A obra retratava uma ferramenta de trabalho; um ancinho popularmente chamado ciscador, frente a um rosto, segura por uma mão numa homenagem aos trabalhadores assassinados pela polícia de Almir Gabriel com a cumplicidade de Fernando Henrique Cardoso, na época Governador e Presidente respectivamente, ambos do PSDB. Dias depois a obra fora destruída pelas elites agrárias locais.

O silêncio de outrora, diante do fato ocorrido, demarcava naquele lugar um território de muitos significados para a classe trabalhadora, o lugar simbólico da luta camponesa. A direção do MST, decidiu que seria necessário construir na Curva do S, algo que pudesse denunciar permanentemente a degradação da vida humana e da natureza, construir um memorial de dimensão espacial e temporal, instrumento de diálogo direto com a sociedade e de denúncia à violência no campo, e daqueles que monopolizam direitos no estado do Pará.

A direção do Movimento Sem Terra e as famílias do Assentamento 17 de Abril, junto com a participação do ativista e dramaturgo Dan Baron, em 1999 ainda, presidente da Associação Internacional dos “Dramas no Mundo” e sua companheira Manuela, professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, idealizaram a construção de um monumento, algo que pudesse representar todas as formas de violência em nossa região, como: o Massacre dos Garimpeiros de Serra Pelada, na ponte ferroviária de Marabá, em 29 de dezembro de 1987; o Massacre da Fazenda Ubá, em 1985; outras Chacinas como a da Fazenda Fortaleza; o assassinato de lideranças políticas e religiosas; e junto com isso o Massacre das Castanheiras, uma árvore nativa, típica da nossa região que garantia a subsistência. Era um dos meios de sobrevivência de vários trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia, depois do auge do extrativismo da borracha, a castanha se tornou fonte de riqueza. O governo militar foi responsável pela degradação dos castanhais dessa região, facilitando aos empresários do ramo madeireiro e pecuário devastar toda a mata da região e acabar com os castanhais que formavam uma rica paisagem de floresta densa e diversa. Violência que não havia repercussão, crimes que perduravam no anonimato e sobretudo, ainda impune! Emmi (1990), em seu livro “A Oligarquida do

Tocantins e o Domínio dos Castanhais", mostra como foi essa violência praticada pelas oligarquias da castanha.

O Movimento Sem Terra no estado do Pará passou a desenvolver encontros com a juventude Sem Terra, produzindo reflexões sobre essa condição da juventude camponesa sem terra dentro desse contexto de Carajás, tendo como parâmetro a execução de um jovem de 17 anos: Oziel, em plena luta, bradando palavras de ordem, um animador da marcha. Em reconhecimento a esse bravo menino guerreiro, se deu o nome do Acampamento de Oziel Alves Pereira. Daí se constituiu a proposta de construção de um monumento na Curva do S, que fosse significativo daquela chacina contra trabalhadores e trabalhadoras sem terra. Vale dizer que a primeira tentativa nesse sentido tinha sido totalmente destruída, como uma tentativa de apagamento da memória do massacre. Trata-se da obra do arquiteto Oscar Niermayer, instalado na entrada da cidade de Marabá, na rotatória do Km 6, onde se cruzam Rodovia Transamazônica e PA 150 (Carajás – Belém). Foi notícia nacional, conforme aparece registros a seguir:

Fig. 04-Fonte: https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/eldorado-de-carajas-21343386
(acesso em 03 de agosto de 2020, às 11:08)

O monumento foi instalado, porém foi destruído, conforme registro a seguir:

Fig: 05- Reprodução do Monumento Eldorado Memória gravada na
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_Eldorado_Mem%C3%B3ria
(acesso em 03 de agosto de 2020, às 11:15)

A destruição do momumento na entreda de Marabá não desanimou o MST, pois a partir de reflexões sobre o local do acontecimento do Massacre de Eldorado a decisão foi de erguer um monumento na curva do "S" para marcar a história. Isabel Rodrigues, dirigente Estadual do MST, acompanhou o processo de construção do monumento das castanheiras em 1999, e diz que todos os anos depois do massacre os envolvidos passaram a se encontrar na Curva do "S" e a partir daí veio a ideia de fazer algo que simbolizasse tudo aquilo: "Nós já queríamos fazer. O que fazer com o espaço né? Dan Baron, chegou aqui no Pará e veio a partir da nacional pra cá, pra participar das atividades com os jovens aqui no Pará". Relata ainda que:

> [...] faz parte do calendário das pessoas ... ir pra Curva do S, pra lembrar, pra celebrar, pra rememorar, pra não esquecer o que aconteceu ali , então foi a partir daí que começamos a conversar [...] Então ele tinha uma articulação com os vários massacres que aconteceram no mundo, essas pessoas que sofreram, e visitavam os locais que aconteceram os massacres, então ele veio pra cá e começamos a conversar com ele sobre várias questões do MST, e ele sugeriu e nós começamos [...], depois de várias conversas na direção então surgiu a ideia do monumento e ele se propôs junto com a Emanuella a vim pra cá pro estado do Pará pra gente construir coletivamente é.. o monumento de Eldorado do Carajás, e porque foi escolhido as castanheiras mortas? Porque as castanheiras mortas? Elas também era um massacre, elas sofreram, um massacre aqui na região matando as castanheiras, então no próprio assentamento 17 de abril, onde foi retirada as castanheiras né? Ali foi um massacre, derrubaram, mataram as castanheiras pra colocar capim, pra criar gado, as castanheiras também representam a resistência, também é um processo de resistência na região." (Lopes, 2019)

O relato acima marca a importância daquele lugar na memória das pessoas, o lugar do encontro de amigos, parentes das vítimas e de companheiros de luta, daqueles que foram massacrados. Afirma também outros massacres, como o das castanheiras mortas encontradas ao longo do Assentamento 17 de Abril, e que serviram de matéria prima para o novo monumento da chacina. Durante um longo período de convívio com a comunidade, no local, onde hoje é o Assentamento 17 de Abril, os idealizadores perceberam a existência de um grande cemitério de árvores mortas, eram castanheiras, que foram devastadas pela expansão das atividades econômicas, em especial a pecuária, no qual a vegetação nativa foi convertida em pasto, para a criação de gado nas grandes fazendas, e a implantação dos grandes "projetos de desenvolvimento econômico" (HEBETTE, 2004) na região sul e sudeste do estado. Entre estes estão as siderúrgicas, mineração e consequentemente a extração de madeira, considerando que algumas empresas agiam de forma ilegal. A ação expropriadora dessas frentes econômicas na região tem contribuído em larga escala para a desterritorialização camponesa e para o processo de devastação da floresta. As análises de Congilio (2013) indicam situações semelhantes:

> A indústria mineradora e a siderurgia respondem na região por duas grandes frentes de atividades predadoras: a atividade industrial das siderúrgicas, alimentada pelo ferro e pelo o carvão, leva por um lado, a uma intensa atividade madeireira e devastação da floresta nativa. Por outro lado, a mineração de lavra tem poluído rios e nascentes e, ao mesmo tempo em que expulsa levas camponesas, comunidades indígenas e ribeirinhos. (CONGILIO, 2013, p. 1)

Observa-se uma nova dinâmica do uso da terra na Amazônia, que foi transformando radicalmente a função social da terra, e estabelecendo um processo de especulação, degradação e apropriação de forma desigual de um bem comum: a terra. Em consequência observamos a constituição de verdadeiros cemitérios de árvores mortas e carbonizadas, em vários locais, e sem aproveitamento, consequência também das queimadas.

O debate coletivo levou a entender e associar a degradação e a matança das castanheiras e a matança da vida humana, como crimes com dimensões diferentes, mas com implicações de responsabilidade ao modelo de desenvolvimento capitalista adotado, e que o cemitério de árvores mortas representaria o trágico fato ocorrido em 1996. O monumento das castanheiras iniciou em 1999, com a participação de vários camponeses, homens e mulheres que se dedicaram dias e noites à construção dessa obra de arte de grande significado, o que viria a se tornar uma referência nacional e internacional para a

classe trabalhadora. Ali se mescla a linguagem artística, poética e da luta, ressignificando a Curva do S.

Depois do projeto idealizado iniciou-se um longo debate para viabilizar a ideia do monumento, com vários núcleos de debate, mulheres, jovens, crianças e coletivo de educadores da época, que ajudaram a pensar o monumento, foram construídas várias propostas, desde maquetes e desenhos, o que perpassava pelo imaginário coletivo, e os camponeses foram sistematizando a proposta para dar materialidade ao monumento. Abaixo o registro de uma das reuniões de planejamento com as famílias do assentamento.

Fig. 06: Castanheiras mortas.
Créditos: Dan Baron, 1999.

Fig. 07: Apresentação da maquete 7/04/1999

Finalmente, o monumento foi definido: implantar 19 castanheiras às margens da PA-150, que representaria cada um dos assassinados, elas teriam o formato do mapa do Brasil, no centro um pequeno tronco que simbolizaria o jovem Oziel, também assassinado em 1996, e as pedras pintadas de vermelho, simbolizavam os 79 mutilados, os sobreviventes do massacre que ficaram com profundas sequelas. Onde as castanheiras eram mais robustas, localizada na região norte do mapa, representaria a forte repressão, e o maior número de conflitos de luta pela posse da terra. Para além do sentido artístico, o monumento tinha em sua ideia central, a denúncia permanente das várias formas de violência e a degradação à vida.

As castanheiras! Dizimadas e destruídas pelo fogo e a derrubada ilegal, uma beleza deformada em troncos retorcidos, foi a sina dada pelo grande capital. As 19 árvores secas se transformavam em um monumento épico, rompendo com o silêncio, e as castanheiras e as vítimas do massacre de Eldorado do Carajás ganham lugar na história do povo brasileiro e do mundo! Para além da eliminação física dos camponeses, o monumento

simboliza a destruição da biodiversidade amazônica. O extermínio dos castanhais nos anos 80 foi parte do consorcio entre as forças das oligarquias e o governo da época, Silva (2010), em seu artigo As Oligarquias Tocantinas nos Castanhais da Região analisa que:

> O governo do Estado, numa tentativa de aumentar a produção de carne na região para ser fornecida aos moradores da capital incentiva a derrubada de castanhais para o plantio de capim e a criação de gado boi. O grupo Mutran, neste período, juntamente com as principais oligarquias da região vai destruindo os castanhais e plantando capim. Na verdade, a economia da castanha foi se articulando com a pecuária, de tal forma que os castanhais foram sendo transformados em grandes fazenda de gado bovino. (SILVA, 2010)

A construção do monumento na Curva do S demandaria um grande esforço coletivo, desde a logística até a mão de obra, no entanto o monumento teria que ser construído pelos próprios camponeses e seus colaboradores, e uma grande jornada foi travada para a construção da 1º edição do monumento das castanheiras. No curto espaço de tempo que se tinha, foi necessário constituir várias equipes de trabalho, entre elas, a responsável de localizar as castanheiras mortas, composta por assentados e militantes, coordenada por Raimundo Cabeludo. A maioria das castanheiras foi encontrada às parcelas rurais dos assentados do assentamento 17 de abril.

A seleção das castanheiras foi um processo minucioso e detalhado, aos olhos dos artistas Baron, Emanuela e o grupo de camponeses que os acompanhavam. As árvores identificadas precisavam desmontar traços de sofrimento e de deformação, elas teriam que ter formas específicas, até porque as árvores representariam as vítimas do massacre de 1996 e as várias formas de violência cometida contra a classe trabalhadora e a floresta nativa que predominava nos anos 80 nos territórios amazônicos. Tais violências eram cometidas pelo estado e pela fúria devastadora do grande capital. Costa (2018) considera que:

> As castanheiras mortas nos lembram do corpo de pessoas em agonia. Pequenos, médios e grandes agricultores foram incentivados, há algumas décadas, a exorcizar a floresta de árvores seculares e milenares, por meio do fogo das incessantes queimadas. Entretanto, nem tudo vira cinzas. Geralmente alguns troncos de árvores mais densos permanecem de pé. As castanheiras são algumas dessas árvores teimosas, que perdem suas folhas, sua seiva e sua vida, carbonizadas, mas não se curvam. (COSTA, 2018, p. 176)

Para além do grande esforço coletivo, o monumento necessitaria de uma grande infraestrutura. A construção do monumento parecia humanamente impossível, o mesmo demandaria uma grande logística, muita mão-de-obra e força física. Às vésperas do dia 17 de abril o monumento precisaria estar pronto para ser inaugurado na Curva do S; em uma

grande força tarefa, em que, até as crianças se envolveram, pintando as pedras de vermelho, e os homens ficaram com a parte de fixar as castanheiras no chão.

Em 17 de abril de 1999, o monumento foi inaugurado, em um ato político e ecumênico. Lançado internacionalmente, o monumento das castanheiras sintetiza um novo ciclo da luta de classes na Amazonia paraense, um memorial de denúncia e de fortes interpretações simbólicas. As castanheiras se tornam especulação aos curiosos, o que causou estranhamento a muitos que passavam pela Curva do S e não entendiam o porquê daquelas árvores mortas, e para aqueles que viveram a dor do massacre o monumento era uma lembrança, uma memória de muitos significados, lançado na Curva do S. Também ganharam o mundo, um monumento que entrou para a história da luta pela TERRA, um símbolo de resistência, e anunciava que a luta continuava, mesmo diante do sangue derramado nos conflitos de luta pela posse da terra.

Fig 08 -Conclusão do Monumento das Casatanheiras na curva do S, em Eldorado dos Carajás. Créditos: Dan Baron, 1999.

2. 3. Revitalização do monumento e o protagonismo da Juventude Sem Terra

Sete anos depois o monumento das castanheiras foi se decompondo e as árvores mortas foram se misturando a terra, nutrindo um solo de horrores e de sofrimento, como parte da ideia do próprio monumento as castanheiras cumpriria a função dessa nova etapa. Para aqueles que ao passearem pela curva do S, impactados pelo estranhamento, e sem entender o verdadeiro sentido das castanheiras, o monumento passou a ser criticado, ou

seja, muitos acreditavam ser apenas um amontoado de arvores mortas, castanheiras caídas, e carbonizadas, e se questionavam, que sentidos têm essas castanheiras para esse povo? Para nós, aí está a verdadeira mensagem sendo revelada: Que se misture à terra de sangue e de corpos humanos, a natureza e os homens, virando adubo que tem alimentado lutas dessa nova geração de jovens camponeses sem terra. E o monumento das castanheiras vira uma imagem mítica, assim como Gil Costa ressalta:

> Eldorado nos fala de uma imagem mítica e mental, que há muito tempo consegue afetar o andamento das coisas físicas, palpáveis, como o ecossistema da região e os seres humanos envolvidos. As castanheiras mortas, por outro lado, nos falam de um meio para as imagens - meio como 'corpo' palpável, que dá lugar a imagem dos corpos dos trabalhadores: teimosos, lutam contra o esquecimento (COSTA, 2018, P. 13)

Ressignificar a Curva do S, conhecida como a geografia da morte, o monumento necessitaria ser revitalizado, com uma diferença, os sujeitos eram outros, uma geração de jovens, meninos e meninas, que assumiram a construção da 2º edição do monumento das castanheiras.

Fig.09: Equipe de Jovens 1ª Edição do Monumento e Equipe da 2ª Edição do Monumento
Crédito: Dan Baron, 2006.

A revitalização do monumento de 2006 marcava uma década de impunidade do Massacre de Eldorado do Carajás, a Curva do S, e tornou-se referência para a classe trabalhadora da região e para as consecutivas lutas travadas por diversos atores sociais na luta pela terra e pela defesa de seus territórios. Tal ação protagonizada pelos jovens Sem Terra, motivou na época, dezenas de outros jovens a participarem das atividades do movimento. Jovens atuantes em vários territórios, se tornando referências políticas de suas comunidades, devido sua participação na 2º edição do monumento. Isso foi decisivo, para a organização e a formação desses sujeitos, e foi importante para o próprio movimento perceber que a juventude Sem Terra também poderia assumir grandes tarefas históricas nas

lutas da classe trabalhadora em nossa região, particularmente na luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular.

A participação direta desses jovens na 2º edição do monumento das castanheiras possibilitou uma nova inserção desses jovens no cenário político, na luta contra o monopólio da terra e a busca em preservar a memória histórica dos trabalhadores e lutadores do povo, seria uma tarefa delegada a essa geração de jovens que vive um momento conjuntural muito conturbado e disputado na luta pela terra em território amazônico.

Nesse momento fomentava a necessidade de construir uma memória permanente, e não permitir que o anonimato silenciasse a memória da luta desses homens e mulheres, que enfrentavam a fome, a miséria e a ignorância, própria de um modelo social que exclui e oprime os desiguais. Era necessário ressignificar a Curva do S, do terror de uma tarde sangrenta a um espaço de celebração da vida, que culminaria em uma intervenção contra as forças repressivas do Estado e da propriedade privada. O ano de 2006, marca o início do acampamento pedagógico da juventude camponesa, uma invenção coletiva, jovens oriundos dos vários territórios camponeses, e seus gritos de ordem, mística e as belas canções faziam tremer as estruturas do estado paraense e as forças oligárquicas da região.

O acampamento assume o legado de Oziel Alves Pereira, em seu nome, os jovens constroem a 1º edição do Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa, com a duração de 17 dias, de 1 a 17 de abril de 2006. A ação dos jovens que reivindicava paz no campo e justiça social, o acampamento rompia com o silêncio e a impunidade de 10 anos do acontecido, já não se tratava mais de apenas um espaço geográfico, a Curva do S, se legitimou como um território de denúncias dos crimes no campo, da violência estatal cometido contra a classe trabalhadora, bem como a centralidade da luta pela reforma agrária no estado do Pará e no Brasil. Tavares (2019), analisa sobre a lógica funcional do poder do estado.

> [...] a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou da coerção. A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea (TAVARES, 2009: 46).

Os noticiários da época, bem como o jornal “O Tempo”, relatou que em 2006 o crime de Eldorado do Carajás continuava impune, em evidência na sociedade, e o caso repercutia como vergonha, um descaso da justiça brasileira. A concentração dos jovens Sem Terra na Curva do S culminou com manifestações no país inteiro, contra a negligência

do poder judiciário, uma jornada de lutas do mês de abril denominava o mês de *Abril Vermelho*. Os jovens Sem Terra inauguraram um acampamento épico que entrou para a história do Brasil como um marco de luta de classes em terras amazônicas.

Um momento decisivo para se consolidar um novo perfil da luta de classe na região, o acampamento pedagógico tem como sujeito principal a própria juventude, que em outros momentos históricos esteve presente nas lutas pela sua própria existência. Na primeira edição do acampamento, os jovens se apropriaram da arte para se reinventar: da cultura para fortalecer suas raízes e identidades; da mística para alimentar a esperança; da radicalidade, para construir as lutas de seu tempo histórico. Foi o que ocorreu em 2006, a curva do S se alimentava de sonhos e utopia, embalados por desejos coletivos. Jovens destinados a consolidar um novo ciclo da luta de classes, baseado no diálogo com a sociedade, pois para aqueles que passavam pela curva do S, não sabia ao certo o que estava acontecendo, e porque os jovens celebravam, cantavam e dançavam suas canções, em um cenário de horrores.

Capitulo III: Parem! Aqui só tem mulheres e crianças! O Acampamento da Juventude

O Acampamento Pedagógico da Juventude leva o nome de seu herói, do jovem Oziel Alves Pereira, assassinado a sangue frio, na Curva do "S" com sua bandeira em punho, bradando sua luta, seu sonho de terra para os que nela trabalham. Para a juventude do MST, Oziel semeou sementes que brotam em cada canto desse imenso Brasil, em cada canto dessa imensa Amazônia, especialmente na região de Carajás – o sudeste do Pará. Neste capítulo apresentamos a trajetória de um menino migrante que não teve o direito de viver, nem de ver sua família na terra. Ficara na memória e na história dos povos do campo migrantes na Amazônia, virou inspiração para compositores, poetas, artistas plásticos, artistas de teatro, escritores e outros. Ainda neste capítulo refletimos sobre o papel da juventude sem terra e seu protagonismo na luta pela terra e pela Reforma Agrária, particularmente na Amazônia e região de Carajás.

3.1. Oziel Alves Pereira - Somos sementes!

Fig. 10 : Oziel Alves Pereira.
Créditos: SOUZA, 2010.

Oziel está presente

Aquele menino era filho do vento
Por isso voava como as andorinhas
Aquele menino trilhou horizontes
Que nem um corisco talvez ousaria
Levava no rosto semblante de paz
E um riso de flores pro amanhecer
sol da estrada brilhou sua guerra

Mirou o seu povo com olhar de justiça
Pois tinha na alma um cheiro de terra
Tantas primaveras tinha pra viver
Pois tão poucas eras te viram nascer
Beijou a serpente da fome e do medo
Mas fez da coragem seu grande segredo,
Ergueu a bandeira vermelha encarnada
Riscou na reforma um "a" de agrária (...)
Zé Pinto, 2016.

Quem foi Oziel Alves Pereira? Por que o Estado executou a sangue frio esse jovem de 17 anos de idade? Tais questões estão relacionadas ao que ele representava para a classe trabalhadora com o seu ideário de igualdade social e justiça, que confrontava os interesses oligárquicos da região sudeste do Pará.

Nascido no Estado de Mato Grosso, toda sua família migra para o estado do Pará, motivadas pela esperança de uma vida melhor. Mudam para a cidade de Parauapebas em 1983, quando os pais compraram uma casa na cidade. Tudo indica, que chega ao pé da mina de Carajás com seis anos de idade, uma criança. Estudou apenas até a 4º série do 1º grau, mas teve que deixar a escola para trabalhar na lavoura, devido as precárias condições de vida que sua família estava enfrentando.

O jovem se integrou ao MST com 15 anos de idade e participou da primeira ocupação com sua família em junho de 1994, no *Cinturão Verde*, área pertencente a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no município de Parauapebas. Destemido, corajoso e dedicado, foi se tornando referência pelo seu envolvimento nas atividades internas do acampamento, tanto que acabou sendo indicado para estudar o curso prolongado, curso de formação de liderança, no estado do Maranhão no assentamento de Vila Diamante, em Vitória do Mearim, onde também fez o supletivo e conseguiu o certificado de conclusão do que hoje denominamos de ensino fundamental.

Em seu retorno ao estado do Pará, o jovem militante passou a compor a coordenação estadual do MST-PA. Oziel era um dos organizadores da marcha rumo a Belém, se tornou referência como agitador de massa, e se dedicava a luta pela reforma agrária nos anos 1990, sua rebeldia assanhava a fúria dos senhores da terra, e tornou-se uma ameaça eminente aos grandes proprietários da região. Sua energia inspirou o poeta e cantor que lhe dedicou esses versos:

E assim prosseguiu.
Seguiu cada passo com uma fé ardente
A voz ecoando na linha de frente
Em tom de magia numa melodia de estar presente
E a marcha seguia, seguiam os homens,
Mulheres seguiam, crianças também caminhavam
Mas lá onde a curva fazia um "S" que não se soletra com sonho ou com sorte.
Pras bandas do norte o velho demônio mostrou seu poder.
Ali o dragão urrou, o pelotão apontou,
As armas cuspiram fogo, e dezenove
Sem terra, a morte fria abraçou.
Mas tremeu o inimigo com a dignidade do menino
Inda quase adolescente, pele morena, franzino
Sob coices de coturno, de carabina e fuzil
Gritou amor ao Brasil, num viva ao seu movimento,
E morreu!
Morreu pra quem não percebe tanto broto renascendo
Debaixo das lonas pretas, nos cursos de formação
Ou já nos assentamentos, quando se canta uma canção, ou num instante de silêncio
Oziel está presente, porque a gente até sente o pulsar o seu coração.
Ze pinto

Aos 17 de abril, quarta-feira, às (16h30min), policiais por todos os lados, o jovem Oziel assume o carro de som, e em seu discurso de encorajamento aos campesinos em luta, um grito agudo corta o ar quente. Ele grita – "***MST!",*** e o povo responde em um só coro – "***A luta é pra valer!"*** Nesse momento inicia-se a matança coletiva; a chacina, e Oziel preocupado em proteger as crianças e mulheres orienta que todos se escondam em uma igrejinha de madeira na beira da pista. Junto com essas mulheres e crianças ele também tenta se proteger nesse casebre, mais os militares entram e identificam Oziel e o arrastam para fora pelos cabelos e ele é executado publicamente. Em entrevista ao '***Brasil de Fato 2016***', Maria Zeuzuíta, uma das sobreviventes do massacre, que estava lá, e presenciou o momento em que o jovem Oziel foi torturado até a morte, relata que:

> Era uma casa de palha, essa mesma aí, que os meninos estão arrumando, agora é de tijolo. Estava cheia de mulher e cheia de criança. A Mariza Romão, uma repórter que estava acompanhando o movimento, tomava conta da casa. Pedia pelo amor de Deus para eles não entrarem que só tinha mulher e criança. Eles não respeitaram. Eles entraram. Invadiram a casa." "Fizeram as mulheres saírem, deitarem no asfalto com as crianças com a cara no chão. Deram cinco minutos para nós corrermos de lá. Elas correram. Foi a hora da tortura do Oziel. Puxaram pelos cabelos. Começaram a gritar palavra de ordem nossa. "Grita a palavra de

> guerra de vocês!", eles mandavam. Nós gritávamos. Quando nós gritávamos, eles torturavam.
> Ele gritavam sempre MST! Reforma Agrária!, sempre ele estava falando as palavras de ordem. Quando nós saíamos na marcha, o Oziel falou assim: Aconteça o que acontecer, eu nunca vou abandonar o meu povo". Ele não saiu do meio da fila. Ele não correu. Mataram ele." BRASIL DE FATO, 2016.

Oziel sofreu uma morte violenta, foi o escolhido pelos militares como um dos organizadores e acusado de incitar as massas. Era considerado perigoso demais e precisava ser eliminado, foi posto de joelhos, e obrigado a gritar os gritos de ordem de sua organização, em seguida Oziel foi executado, de acordo com os dados periciais ele foi atingido por 4 tiros, a queima roupa. Segundo os estudos de Nepomuceno em seu livro "O Massacre":

> Oziel Alves Pereira, 17 anos, um dos dirigentes do MST mais procurados pelas milícias dos fazendeiros e pela própria polícia militar, que o considerava um agitador perigoso. Levou 04 tiros. Um atravessou a sua cabeça, de traz para diante. Outro acertou sua testa pelo o lado direito, essa bala saiu pelo o lado esquerdo da nuca. O terceiro foi no pescoço, detrás para frente, também pelo o lado esquerdo, quarto e derradeiro foi disparado no lado direito do seu peito. (2001, p. 114 – 115)

A forma brutal como o jovem militante Oziel e os demais camponeses foram executados, deixou evidente que o Estado temia o poder mobilizador e rebelde do jovem, que provocou a ira da burguesia agrária da região sudeste do estado do Pará. A desobediência civil do jovem militante, levou o Estado a se apropriar da violência brutal, pela eliminação física, na tentativa de calar sua voz e frear dezenas de camponeses que seguiam em luta pela terra repartida.

O jovem negro, pobre, camponês foi mais um das centenas que morrem assassinados pelas balas das polícias, do estado e milícias. O Atlas da Violência (2018), produzido pelo IPEA e o Forum Brasileiro de segurança Pública, aponta 62.517 homicídios em 2016, e destes, 33.590 são cometidos contra jovens, indicando uma taxa de 65,5 para cada 100 mil jovens no país, com maior evidência para negros: 40,2 enquanto não negros contam 16,0, consequência da desigualdade racial, em um país vítima de uma econômica colônial, que viveu mais de 300 anos de escravidão. Neste tema o Pará figura entre os piores cenários, junto com outros estados cujas sociedades possuem forte composição étnico racial negra. O que aconteceu com Oziel, foi execução pública. Já ocorrera com outras lideranças que ousaram enfrentar o poder instituído, desde o início da história do Brasil. Assim foi com Zumbi dos Palmares, em 1695 (GOMES, 2011), assassinado, decapitado e depois teve sua cabeça exposta em Recife para que servisse de lição e não se repetisse. Com Antônio Conselheiro, em 1897,

Canudos (BA), liderou uma das mais fortes lutas messiânicas, em defesa de seu povo, Antônio Conselheiro se tornou uma grande referência popular e também uma ameaça para as autoridades locais e nacionais, como toda uma história de luta e resistência. Por conta disso, o Exército Brasileiro da época massacrou centenas de sertanejos, junto com Antônio Conselheiro, que também foi vítima das forças opressoras do Estado. Da mesma forma ocorreu com Osvaldão, um guerrilheiro que liderou um grupo de resistência à ditadura militar nos anos 1970 Conta a memória popular da região que este cidadão, também foi torturado e eliminado pelo Exército Brasileiro, e seu corpo fora exibido como um troféu em várias localidades da região, onde o grupo guerrilheiro atuava: o Bico do Papagaio, região que agrega os estados do Maranhão, Tocantins e Pará. Da mesma forma ocorreu com Dina Teixeira, integrante do grupo guerrilheiro. Ela também foi capturada e executada pelos militares em julho de 1974, além de outros e outras desaparecidos/ as pelo trato que o Exército deu a esses e essas lutadores/ as.

O que há de comum entre esses lutadores? A luta contra as forças opressoras do Estado brasileiro, que deixou muitos mortos e desaparecidos políticos. A Ditadura Militar deixou um rastro de sangue e violência, uma ação praticada pelo próprio Estado, e que não foi diferente do fato ocorrido com o jovem Sem Terra Oziel Alves Pereira. A violência adotada, as torturas e a forma como os lideres populares são executados é para demonstrar a força de um Estado que não é neutro, e que é controlado pelas forças da elite econômica, e com ela não se pode medir forças. Portanto, o método é para que sirva de lição para os próximos, tentando inibir toda e qualquer iniciativa de luta social ou popular. É preciso “cortar o mal pela raiz”, afirma o dito popular, e assim se torna mais fácil frear as Resistências populares, pelo medo dos métodos usados pelos que detém o poder contra aqueles que reivindicam direitos de forma organizada.

Fig. 11: Painel produzido pelo coletivo da Igreja Católica-Diocese de Marabá-Pará
Arquivos da secretaria estadual do MST

A figura 11, pintura em painel, que retrata o martírio dos sem terra no massacre de Eldorado dos Carajás. O sofrimento, a dor sentida pelo uso de várias técnicas de tortura e morte usada pelas forças opressivas do Estado: humilhação, xingamentos, perseguição, disparos com armas potentes, spray de pimenta contra a multidão, além do assassinato de homens e mulheres que participavam da marcha naquele 17 de abril na curva do "S". Oziel, no centro do painel, foi martirizado e sofreu tudo isso até a morte, pelo ódio do policial a mando dos latifundiários, executado por ordem do governador do Estado Almir Gabriel. Oziel foi assassinado por defender suas convicções políticas e ideológicas em defesa do direito a terra para quem nela trabalha, e assim tornou-se um mártir na luta pela terra e portanto, da classe trabalhadora, um sujeito político da coletividade, um legado de bravura e heroísmo, fez germinar em outros gestos e ações a repulsa de um sistema de exclusão social, encorajando outros lutadores pela reforma agrária. Bezerra (2009), considera que a referência e o exemplo inspiram processos de transformação, e acrescenta que:

> Personagens e figuras políticas que apresentam as características capazes de atender as "necessidades" e resolver os impasses de uma cidade ou de uma nação. E se o mito político é "chamado" ou tem o seu espaço garantido por períodos de crise ou circunstancias adversas, então o personagem herói aparece revestido exatamente dos elementos capazes de suprir os anseios tanto concretos como imaginários de seus seguidores. [...] questão relevante o fato de que estes encontrem seu "impulso motriz" justamente no interior de grupos minoritários, oprimidos que não se identificam com o sistema ou a representação vigente. São aqueles que se sentem ameaçados ou esquecidos que alimentam e dão força a figura do herói (BEZERRA, 2009, p. 25).

Oziel se tornou uma referência para a juventude do movimento sem-terra. Em seus últimos sopros de vida, os gritos de ordem entoavam um novo destino para aqueles trabalhadores/ as, e em seu legado de luta e resistência a juventude sem-terra constrói o 1º Acampamento Pedagógico em 2006, em memoria a Oziel Alves Pereira e aos demais camponeses assassinados e mutilados em 17 de abril de 1996. O lugar escolhido fora o mesmo lugar onde aconteceu o martírio dos sem terra, o lugar que guarda a memória, os gritos, a agonia, o terror vivido naquele fim de tarde, o trecho conhecido como a curva do S, em Eldorado dos Carajás.

Assim como relembra Trocate (2006), Oziel Pereira completaria em 2006, 27 anos de idade quando o Massacre de Eldorado dos Carajás completara 10 anos do acontecimento. Impropriamente os massacres contra camponeses, indígenas e negros ganham livre passe nos cinco séculos da nossa história. Os elementos fundantes do Brasil permanecem, e se expressam no latifúndio, na violência e na desigualdade e outros. Os massacres, os quais nosso povo conhece são apelos instituídos no estado da negação de diretos. Recorrem a eles para desmerecer o que, impelidos a sua própria humanidade, desobedecem a lei fértil de mando e desmando. Estrume da morte! Eldorado era para ser silencio e desmemória.

Oziel não morreu por acaso, morreu por que acreditava na democratização da terra, morreu porque acreditava que o caminho da luta, da organização era de fato a estratégia correta. Depois desse massacre muitas terras foram repartidas, muitos assentamentos de Reforma Agrária foram criados, pela força política que o ato tomou nacional e internacionalmente, onde o Brasil fora condenado por não respeitar os Direitos Humanos, justo quando o PSDB, Fernando Henrique Cardoso e Almir Gabriel estão no comando político do país e do Estado do Pará respectivamente. Mas, como diz o documentário “O Entreato da Escuta” (2017), Episódio 5, intitulado “Cadê a Terra?”, “o tiro saiu pela culatra”. O Movimento camponês tomou a decisão de não recuar, de ocupar os latifúndios da região, em memória a Oziel, seu desejo, seu sonho de ver as famílias na terra. Assim, tanto o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como a FETAGRI, que agrega os sindicatos rurais, que já vinha atuando desde décadas atrás, seguiam a palavra de ordem da multidão: “Nem um passo atrás! Reforma Agrária quando?” e a multidão responde: “Já!”.

3.3. A Juventude Sem Terra e a resposta ao governo Almir Gabriel

Tentaram nos enterrar,
mas não sabiam que éramos sementes
(Provérbio mexicano)

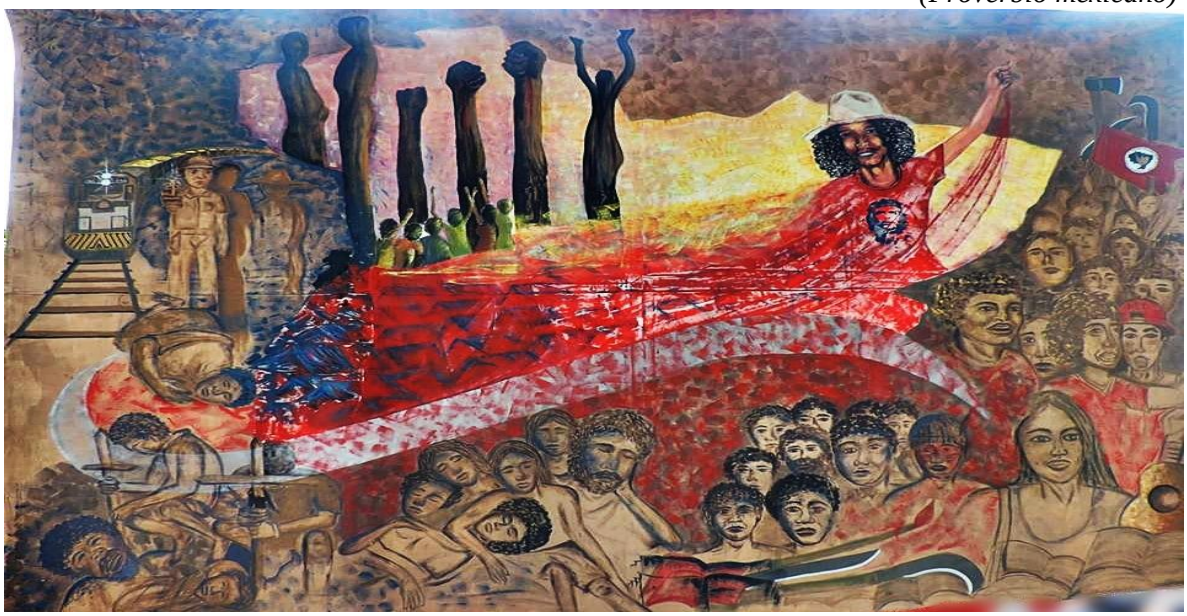

Fig. 12: Painel construído na Oficina de Artes Plástica, (2015).
Arquivo da Secretaria Estadual do MST

A figura 12 foi produzida pelo Coletivo Nacional de Artes do MST, um painel com as várias representações dos processos de lutas e de resistências dos povos amazônicos. Podemos perceber na arte do painel que a curva do "S", se tornou referência das lutas camponesas e de classe da região, dado os impactos sentidos na pele causados pela presença do capital, na exploração do minério por grandes mineradoras, pelos monocultivos, e atividades pecuária, que se apropriam de grandes extensões de terra, expulsando aqueles que realmente vivem do cultivo da terra e do uso dos recursos da natureza. Trata-se de uma economia baseado na mercantilização da natureza, expropriação, degradação e desterritorialização de povos tradicionais. O painel sinaliza através da arte as profundas contradições de um modelo político e econômico de desenvolvimento do campo. Tais contradições fomentam em momento histórico da luta de classes, a intervenção de jovens (homens e mulheres) que tem se colocado no epicentro dos enfretamentos da luta de classes em terras amazônicas. As representações simbólicas sintetizam um autorretrato das realidades desses jovens, afinal são jovens trabalhadores do campo, militantes de vários Movimentos Sociais, sendo a maioria absoluta militantes do MST, mas também sindicalistas, das brigadas populares, do Movimento dos Atingidos por Barragens, do Movimento dos Atingidos pela Mineração, jovens das periferias dos centros urbanos da

Região, negros, quilombolas, ribeirinhos, Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgenêro-LGBT que lutam pela educação pública e por direitos básicos.

Esses jovens encontram na arte, na mística[5], na poesia, na música, espaços importantes onde podem expressar os sentidos dos mundos, da vida e também seus sonhos. Vergas Netto afirma:

> A arte, então, deve ser encarada como forma privilegiada de expressão, crítica, denuncia, comunicação e partilha. As funções da arte: veículo da mística e da ritualística dos movimentos; arte simplesmente como celebração que dá sentido a existência com dignidade e gozo: a arte como dimensão do misterioso e do maravilhoso; arte como comunicação e expressão da consciência (VARGAS NETTO, 2007, p. 319).

O acampamento Oziel Alves Pereira expressa bem essa relação da juventude com a arte, a literatura, a música, a poesia, e essencialmente com a luta pela terra e outras artes, uma das razões por que colocamos no título deste trabalho a saga e a mística, como a ressignificação e o trabalho com arte representando tanto o simbólico como a memória utilizando as várias faces da arte. Uma década depois do ocorrido, em um ato coletivo de solidariedade e reverência às vítimas e suas famílias, bem como um ato de denúncia ao descaso em relação a Reforma Agrária, reúnem-se jovens estudantes oriundos de todos os acampamentos e assentamentos do estado do Pará, até de outros estados da federação, os mesmos jovens que estiveram envolvidos na revitalização do monumento das castanheiras protagonizam o 1° Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa em 2006, reconhecido também como espaço potencialmente mantenedor da memória da luta camponesa, essencialmente de denúncia pelos 10 Anos de Impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás.

O Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa "Oziel Alves Pereira" está sendo construído há 14 anos na Curva do "S", em Eldorado do Carajás, o que poderíamos chamar de um território sagrado, chão onde dezenas de camponeses sem terra foram chacinados violentamente pelas balas do Estado, através de sua polícia, eleito por dezenas de jovens, filhos de camponeses assentados e acampados, como território simbólico de resistência e enfrentamento. Trata-se de uma experiência política, cultural e pedagógica baseado na memória do Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 1996.

---

[5] Mística é o termo compreendido no estudo das religiões como adjetivo de mistério por meio da experiencia da oropria vivencia espiritual. Contudo, nos estudos das ciências da religião e na filosofia da limguagem, pode-se compreender que a nistica, em suas manifestacoes subjetivas, ultrapassa o aspectro do sagrado e introduz-se na vida social e na politica. (mística- ademar Bogo- dicionário de educação do campo p. 473)

É importante falar que essa juventude que constrói e protagoniza no acampamento pedagógico representa uma geração que experimenta tempos cruéis, uma sociedade extremamente desigual e que sacrifica sem pudor seus jovens, num país onde se mata milhares de jovens por ano, e destes a maioria absoluta negros. Contemporâneos de Oziel Alves Pereira, menino negro, pobre, camponês sem terra, menino que reuniu todas as características daqueles potencialmente mirados pelas balas, de revólveres, fuzis, escopetas, etc. sejam elas "perdidas"; da polícia; das milícias; ou saídas de todas as armas da sociedade capitalista brasileira. Fazendo um breve perfil dessa juventude, que passou e constrói o acampamento, constatamos que são centenas de homens, mulheres, e LGBTs, como mostra o gráfico a seguir sobre a participação entre 2006 e 2019:

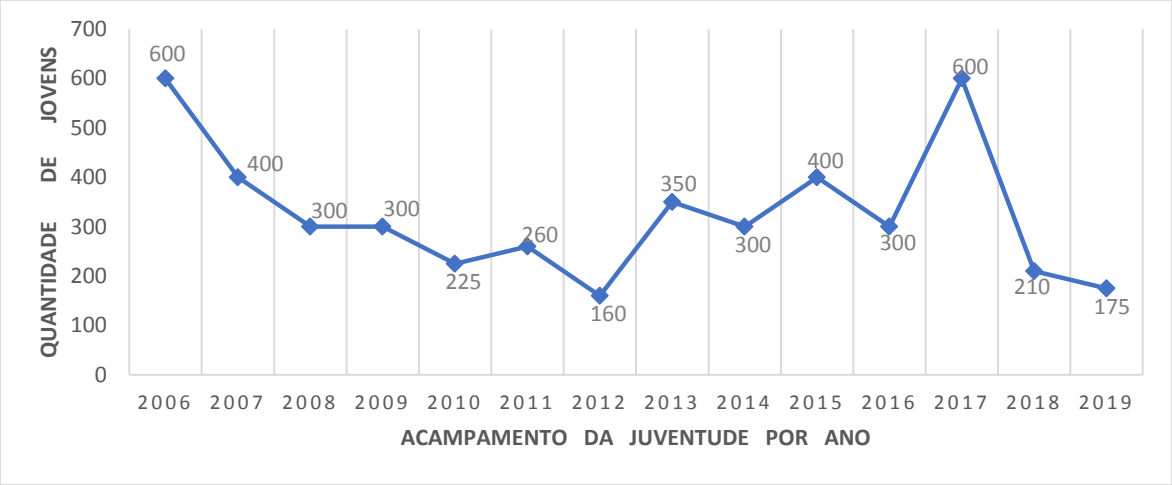

Gráfico 01: Quantidade de jovens presentes no Acampamento da Juventude de 2006 a 2019
Fonte: Arquivos do MST.

O gráfico revela um número significativo de jovens participantes do Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves Pereira. Iniciando com 600 jovens em 2006, número que vai oscilando ao longo de todas as edições do Acampamento. Ora diminui, ora aumenta, porém garantindo a realização a cada ano, e mesmo em tempos difíceis, contou com um número superior a 150 jovens em duas de suas edições. É importante frisar que essa participação prescinde de recursos para bancar passagem e nem sempre o jovem dispõe desse recurso, elemento que pode ser um explicador dessa oscilação para mais ou para menos. Dessa forma avaliamos que o Acampamento apresenta uma capacidade de mobilização e agregação significativa por vários fatores, além da vivência coletiva, da liberdade que o jovem gosta, da solidariedade adulta daqueles que estão no apoio, professores, instituições e outras entidades, também o compromisso com a pauta da Reforma Agrária Popular, como elemento central do debate político no

acampamento, a denúncia dos conflitos e assassinatos no campo, também o elemento cultural e místico aparecem muito fortemente, e que atrai muitos jovens. Os registros mostram que mais de quatro mil jovens que assinaram as listas de frequência, estiveram presentes e ou envolvidos de alguma maneira no Acampamento. Mas sabemos também que o forte do evento é o dia 17 de abril quando ocorre o ato Político cultural onde muitas delegações de várias partes do país e do Estado vem e que não assinam. Um conjunto de atividades políticas, culturais, cinema, show, atividades formativas, de exposição artística, cinema de fronteira acontecem nos dias de acampamento.

É fato que a juventude camponesa sem terra é diversa em vários aspectos e a juventude que faz o acampamento pedagógico revela isso. Arroyo (2014, p. 170-171) afirmando da importância do debate sobre juventude ser tratado nos currículos, trata esses jovens como atores políticos centrais nos processos de mobilização social, e afirma que "... Estão presentes como sujeitos políticos na diversidade de movimentos sociais e na diversidade de mobilizações recentes por lutas populares, por melhoria de vida, por outras políticas públicas, por outro projeto de sociedade.". A fala expressa muito bem o papel da juventude sem terra, uma vez que uma parte significativa dela são migrantes nessa fronteira e vem das periferias das cidades próximas ou de outros Estados.

Em Dayrell e Carrano (2014, p. 111) encontramos a afirmativa "... que os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que, por meio das diferentes épocas e processos históricos e sociais, foram adquirindo denotações e delimitações diferentes." Afirmativa que cai bem na caracterização do e da jovem que estamos falando. Concordando com Vieira "...para além de uma palavra, são sujeitos que vão se construindo historicamente diversos, heterogêneos, ambos em contextos históricos que se transformam e se condicionam nas lutas." (VIEIRA, 2018, p. 56). Neste sentido a juventude sem terra se constitui sujeito político histórico de seu tempo e constatamos que no acampamento pedagógico da juventude os e as participantes estão na faixa etária de 17 a 31 anos, na sua maioria com idade abaixo dos 20 anos. Vimos que majoritariamente se identifica como negra, filhos e filhas de assentados da Reforma Agrária, e em número menor filhos/ as de acampados/ as; que moram em territórios em conflito, ou seja; em ocupações ou em acampamentos como chamam. Os gráficos a seguir revelam que a maioria são negros, com 67%, seguido de 28% pardos, e 5% brancos. Em relação ao gênero, 48% são mulheres, 24% homens e 28% LGBT.

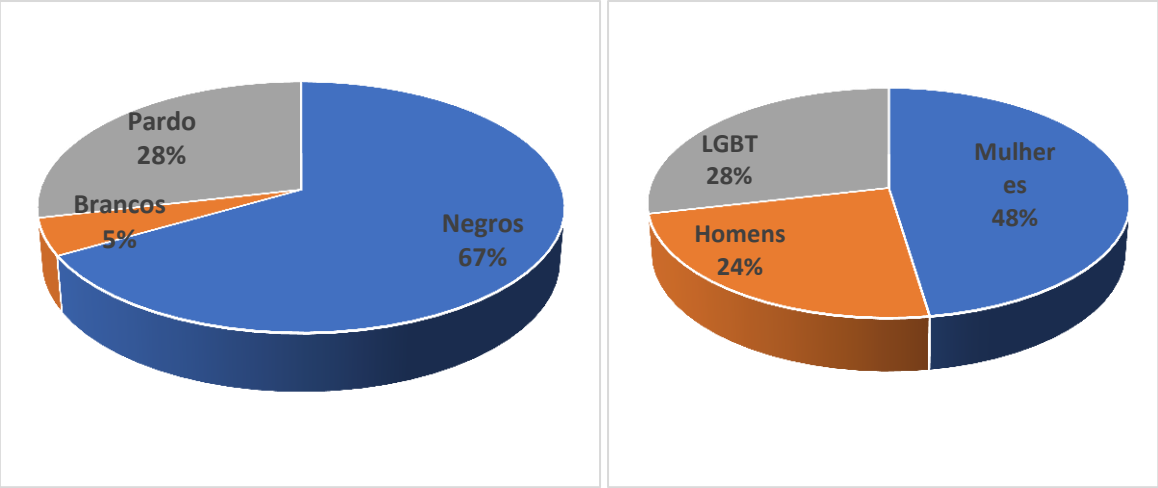

Gráfico 02: Acampamento Pedagógico em relação a questão étnico racial e de gênero.
Fonte: Secretaria do MST Pará.

O gráfico reafirma o que tenho observado como coordenador de algumas edições dessa atividade. O Acampamento da Juventude se tornou uma estratégia importante no que tange ao tema da Reforma Agrária em nossa região, como uma espécie de tarefa histórica. A juventude é convocada a ser também protagonista da luta pela terra, da defesa dos territórios e sobretudo velar a memória das vítimas do massacre, consolidando ao longo desses anos de construção do acampamento e assentamentos coletivos orgânicos, críticos que se dedicam ao ato de estudar e refletir sobre a região, sobre si como sujeitos, sobre as relações sociais e suas contradições, e essencialmente sobre a condição de viver na Amazônia, área disputada com grandes empresários, que sempre tiveram prioridade nas políticas governamentais. Assim esses e essas jovens assumem inúmeras tarefas de formação, mobilização e articulação com outros setores da sociedade no enfrentamento ao latifúndio e ao agronegócio, exigindo do Estado políticas de Reforma Agrária.

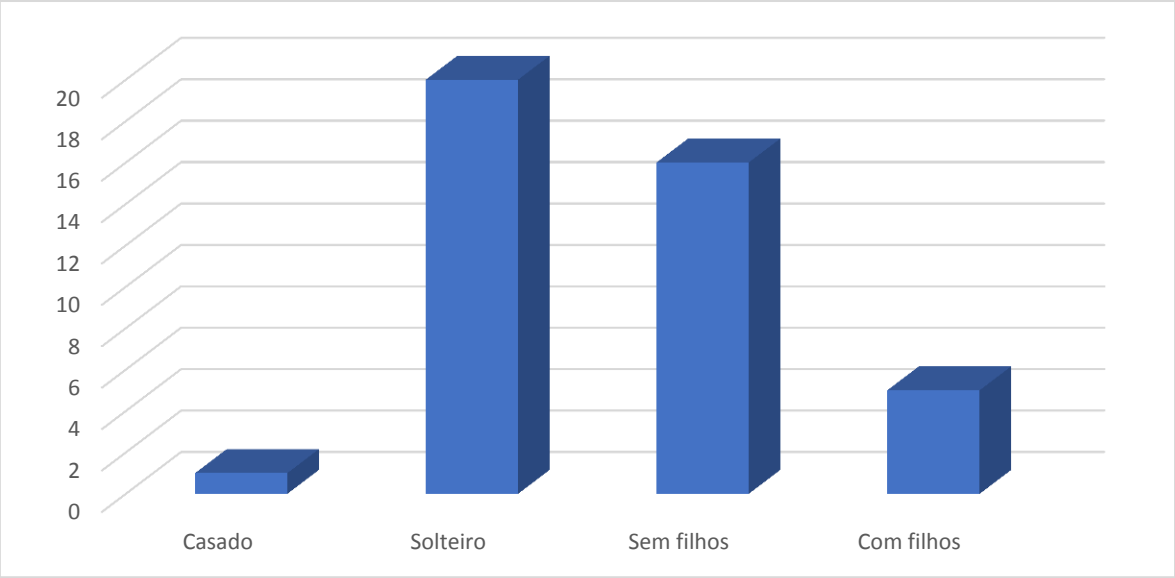

Gráfico 03: Acampamento em relação ao estado civil e paternidade declarada.
Fonte: Secretaria do MST Pará, 2019.

O gráfico mostra que a juventude participe do acampamento em sua maioria absoluta são solteiros, e sem filhos, ou se tem não assumiram, especialmente os homens, enquanto um número reduzido dos e das acampadas são casados e declararam ter filhos. Em relação ao mundo do trabalho constatamos que os jovens assentados ou acampados moram com os pais, trabalham na roça dos pais. Alguns poucos possuem relações empregatícias ou ainda trabalham na diária ou empreitada, principalmente os que tem filhos e ou são casados. Vimos ainda, em relação a escolaridade, que parte dessa juventude experimentou algumas políticas públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA, fizeram escolarização, ensino Fundamental e Médio e ainda o superior, numa ampla relação com as Universidades Federais, onde mais de 40 destas, ofertaram cursos de graduação em várias áreas das ciências. No Pará ofertaram os cursos de Letras, Pedagogia e Agronomia e o curso de Licenciatura Plena em Educação do campo, que este ano, comemorou 10 anos, na UNIFESSPA. Mas vimos também, que ainda existe uma grande quantidade de jovens em várias vilas e comunidades que precisam acessar essas políticas de educação básica e superior, que no atual cenário político do país, estão sendo retiradas.

Fig. 13: Estrutura e participantes do I Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves Pereira, 2006. Créditos: Glauco Brito (2006).

A figura 13 mostra a estrutura do Acampamento Pedagógico da Juventude. Barracos improvisados, com cobertura de palha e lona preta, característico também de outros acampamentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Apesar da estrutura sem conforto, sem privacidade, com parcas condições, uma coisa é muito bonita, as relações de partilha, de solidariedade e da condição de igual pois todos estão na mesma condição e com foco no mesmo objetivo. Mostra também o público que constrói o Acampamento; um público jovem, humilde, cheio de esperança. São estes jovens que fazem tudo, ornamento, montagem da infraestrutura, etc. A infraestrutura improvisada destina-se a um tempo curto, de 10 a 17 dias de vivência coletiva, com um grande aprendizado, troca de saberes e experiência, como revela o relato de um jovem:

> Participar do 1° acampamento pedagógico foi um marco na minha história de vida. O acampamento foi minha primeira experiência de viver em coletividade dentro de um acampamento, principalmente com adolescentes e jovens vindo de todas as partes do estado do Pará e mais outros estados convidados, com as mais várias referências de vida que, juntos construirmos relações, compartilhamos saberes e estudos. O acampamento também me possibilitou um momento de reflexão sobre o papel e a função social da luta por dignidade e direitos humanos e sociais. (LIMA, 2019)

O relato ressalta o acampamento como o lugar do estudo, o lugar do encontro com diferentes jovens, de diferentes territórios, e com diferentes experiências e saberes, além do compartilhar estudos e saberes, e o valor disso para a reflexão sobre a função da luta por direitos e portanto, no constituir-se sujeito. Diferentemente dos acampamentos em áreas de fazenda, que duram anos e anos, e no caso do sudeste do Pará, até 10 ou mais anos, onde as famílias *se viram* para viver nos barracos improvisados, à espera da legalização da área. Mas diga-se de passagem que 100% dos jovens que passam por essa experiência vem de acampamentos e ou já passaram por eles em algum período na luta pela terra.

O marco dessa construção se deu em abril de 2006, o 1º acampamento pedagógico com a participação de aproximadamente 600 jovens ligados diretamente com os territórios do movimento sem-terra, numa duração de 15 dias de debates que elencavam temas como: educação; sexualidade; cultura e trabalho; debates conjunturais, que abordavam diversos temas da política brasileira e internacional, os mesmos se tornaram eixos norteadores de reflexão da juventude dos acampamentos futuros.

Eu estive presente desde o início do acampamento, desde a concepção da ideia de construir uma memória viva na curva do "S", até a materialização das atividades pedagógicas que reuniria vários jovens dos territórios camponeses da região, aqui chamados dos novos atores políticos com protagonismo massivo na luta por uma Reforma Agraria Popular.

Nessa época eu com meus 25 anos de idade, e morava no acampamento Lourival Santana localizado na antiga fazenda Peruano. Éramos uma delegação de 10 jovens que íamos participar do acampamento pedagógico, eu era o mais velho, e por isso tinha uma responsabilidade maior com os demais. Alimentados pela mística e por todos os valores de solidariedade, respeito, partilha, que aprendemos em nossos territórios, juntos éramos responsáveis pela montagem do acampamento e pela mobilização dos jovens dos territórios em torno da cidade de Eldorado dos Carajás. Essa experiência foi muito transformadora pra mim e os outros jovens, entre eles Fabisley Lima, jovem sem terra que relata:

> Ainda no preparo para o acampamento, tive minha primeira luta, que foi reunir com os outros alunos que estavam no Eldorado e tentar solucionar a questão da participação dos jovens sem terra no acampamento que estudava na cidade, pois os professores nunca tinham passado por essa experiência de liberar alunos pra uma atividade diferenciada e com um tempo de 17 dias. A escola não liberou. Os professores não liberaram, ai tínhamos que participar pela manhã das plenárias no acampamento pedagógico e pela tarde íamos para a escola que o ônibus passava meio dia na curva para a escola. Mas aí fui me organizando e deu tudo certo. O acampamento era pedagógico, e ao mesmo tempo que estudávamos sobre a luta de classe, também participávamos de palestras e seminários sobre pontos mais específicos da educação, pois as atividades teóricas e práticas eram construídas de forma interdisciplinar. E nesse âmbito fui me construindo a partir dessa experiência que foi a curva do "S". Conheci pessoas que até hoje carrego como referência, além de ter sido um marco histórico. Dizer EU PARTICIPEI do primeiro acampamento pedagógico da juventude camponesa do MST é muito gratificante pro meu currículo histórico. (Em ENTREVISTA, 2019*)*

O jovem tráz o desafio de administrar o tempo de acampamento com o compromisso com a escola em Eldorado onde vários jovens estudavam, e que não havia liberado para que os jovens participassem do acampamento. Ressalta ainda o caráter pedagógico do acampamento em que participavam de palestras e seminários, atividades

teóricas e práticas, e como isso foi importante para sua formação. Em. 2006 marcava uma década de impunidade do Massacre de Eldorado dos Carajás, e para mim foi um momento fundamental para minha formação política e ideológica, junto a uma nova geração de jovens que ousava lutar na construção de um projeto popular, democrático e justo.

O elemento central do acampamento é a dimensão pedagógica, provocadora de aprendizagens significativas, porque todo o processo de construção dessa tarefa de fazer acontecer o acampamento pedagógico da juventude é realizado pelos próprios sujeitos, desde o processo de mobilização dos jovens para participar da atividade, a montagem da estrutura física do acampamento, uma ação coletiva. Na divisão de tarefas como forma de organização e responsabilidades coletivas, são construídas várias equipes de trabalho, entre elas: equipe de mobilização, infraestrutura, cozinha, mística, embelezamento, segurança, comunicação e a equipe pedagógica do acampamento. Para além da dimensão pedagógica, vale ressaltar a dimensão política, cultural e artística do acampamento, expressa no tema, nas palavras de ordem, nas canções, na mística e nos ritos construídos ao longo da atividade.

O 1º acampamento pedagógico que ocorreu nos dias entre 01 de 17 de abril, contou com 19 barracos de lona preta construídas às margens da PA-150, e significou um embrião para a experiência que viria depois, um laboratório de experiências de *cooperação, coletividade, solidariedade e de celebração*, princípios e bases que norteiam as práticas do Movimento Sem Terra e o ato político e cultural do dia 17 Abril.

Nesse processo todo de construção do acampamento pedagógico da juventude, a juventude se faz reconhecer e visibilizar como sujeito político capaz de incidir com força na luta camponesa, e certamente, passando a ser respeitada, contrariando uma visão preconceituosa que predomina, aquela de que o jovem é irresponsável, e assim, cria-se uma outra imagem do jovem camponês sem terra, que assume a luta de seus pais, avós e outros, num cenário ríspido, onde se mata muito jovens pretos, camponeses, pobres que estão nas periferias das cidades, atrás de oportunidades, dado o abandono do campo pelas autoridades. Muitos vem do campo para a cidade em busca de trabalho e estudo. A interpretação de que o jovem é irresponsável é muito comum. O Acampamento representa uma capacidade organizativa desse jovem sem terra, mas também um espaço de construção de uma outra imagem desse jovem, que além de demonstrar um compromisso com a luta pela democratização da terra, ele demonstra coragem, ousadia, ele não tem medo de enfrentar os desafios. Para o Coletivo Estadual da Juventude, o processo organizativo é entendido como “elemento de radicalização da democracia, da participação consciente e da

criação plena dos sujeitos históricos. É a forma de organização dos elementos pedagógicos, de formação política, seguindo princípios de Direção coletiva; Divisão de tarefas; Profissionalismo; Planejamento; Avaliação; Crítica e a auto-crítica; mística e o Estudo, e é assim que os jovens constroem o acampamento pedagógico.

Para aqueles que participaram desse momento inicial do acampamento, estes jovens constroem uma nova narrativa de lutas que compõe uma nova história, onde eles e elas mesmas protagonizam, já não só obedecem à ordens de alguns: pais, mais velhos, autoridades, etc., agora, eles e elas jovens também organizam espaços públicos de denúncia, de estudo, de manifestação artística, cultural, política, de diálogo com a sociedade, e a partir da leitura da realidade, numa mistura de arte e radicalidade em continuar lutando em tempos difíceis e de embrutecimento social. Eis a resposta por Oziel Alves Pereira e pelos demais assassinados e mutilados de Eldorado: o acampamento da juventude dizendo aos latifundiários, fazendeiros, empresários do agronegócio e da mineração, que Oziel semeou e germinou centenas e não vamos esquecer nossos mortos. Estamos aqui para não deixar que a sociedade esqueça a carnificina que o Estado brasileiro subserviente ao capital provocou. B. Nascimento (2018) que participou do acampamento pedagógico em 2006 acredita que:

> A história de resistência e luta pela terra na região amazônica é de uma disputa bastante acirrada, isso, envolvendo os setores que concentram o monopólio oligárquico na política e na economia, perpassando de exploração da borracha e da castanha do Pará, chega a efetivação desses monopólios na constituição de grandes fazendas, sobretudo, no território paraense, inclusive, com expansão gigantesca no período do regime militar, onde passou-se a dividir com o poder oligárquico as grandes empresas multinacionais e bancos adquirindo extensões de terras nessa região. Ainda é necessário acrescentar as grandes quantidades de lavras concedidas as empresas minerárias, permissível citar a então estatal Companhia Vale do Rio Doce - Hoje, a empresa Vale, com esse cenário abrindo um ambiente de disputas efervescente, qual foram proporcionando ao Estado do Pará, um recordista de conflitos no campo, com um peso em incidências maiores no sul e sudeste, envolvendo diversos sujeitos, primeiros com os guerrilheiros do Araguaia e paralelamente com sindicalistas centrados na luta pela terra no sul do Estado, chegando ao Massacre com os garimpeiros de Serra Pelada, sobre a ponte ferroviária do Rio Tocantins em Marabá, no ano de 1987, culminando no Massacre de Eldorado em 1996 com os trabalhadores sem terra - integrantes do MST, ambos no sudeste paraense. E paralelamente a esses eventos, muitos assassinatos foram acontecendo com lideranças sociais e religiosas no território Amazônico, e chaga ao Massacre de Pau D'árco. Contudo, o Acampamento Pedagógico da Juventude, apresenta na sua estrutura orgânica política e pedagógica um diálogo com a sociedade, qual insere uma linguagem de denúncia desses episódios, como faz inferências a luta travada na região, assegurando no processo histórico a memória dos mortos na luta pelas causas sociais - a terra, apresentando ainda, como um marco de resistência dessa luta [...] dão continuidade no dia a dia, jovens, mulheres e homens camponeses. O Acampamento Pedagógico, um símbolo de luta em defesa do campesinato paraense e suas identidades. (NASCIMENTO,2018)

A narrativa do jovem traz uma análise do que significa a região: Amazônia e Pará, as acirradas disputas, os conflitos diversos, a violência instituída, a presença das empresas mineradoras e fazendas, se apropriando das terras públicas, as chacinas em função da disputa pela terra, muito bem articulada com os elementos da realidade. Foi a partir da organização da juventude Sem Terra que foi possível materializar o acampamento pedagógico, em um processo construído pelos próprios sujeitos: a juventude sem terra. A construção do primeiro acampamento pedagógico teve como público alvo apenas os jovens camponeses do MST. Organizado a partir dos setores de Cultura e revitalização, Educação e Formação e Comunicação, provocou vários debates de interesse da juventude. O primeiro tratou dos temas: *Violência no campo e impunidade*. *Os Desafios da Juventude camponesa na Campanha dos 10 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás;* Afetividade e sexualidade e Meio ambiente.

É importante destacar também que no período do acampamento pedagógico, ocorreu na curva do "S" o ***1º Encontro dos Estudantes do Ensino Médio das Áreas de Acampamentos e Assentamentos do MST – Pará,*** onde discutimos *Análise de conjuntura política e o papel da juventude.* Realizamos ainda a plenária da Juventude do Ensino Médio no campo, debatemos acerca dos desafios e perspectivas da juventude e elaboramos um documento com o tema "*O que queremos com o ensino médio nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária?".* A centralidade nas problemáticas da juventude produziu espaços para painéis de debates, entre eles: "Retrato do ensino médio nas áreas de assentamentos e acampamentos do MST no Pará, *O papel da juventude do campo: situação e perspectivas*" os jovens abordam essa temática por entender que a ausência de políticas públicas nos assentamentos e acampamentos tem levado os jovens a deixarem o seus territórios em busca de escolarização, trabalho e renda distantes de suas realidades. Foi trabalhado também as *novas Relações de Gênero*, por acreditar que a diversidade sexual sempre esteve presente entre no público jovem nos assentamentos e acampamentos, e que precisava ser tratado. *Juventude do Campo e o Trabalho*, aparece como um dos elementos centrais no debate construído durante o acampamento. Estes jovens para além das necessidades subjetivas também buscam criar condições objetivas de sobrevivência no campo em seus territórios. Por tanto, o tema trabalho e juventude, Ensino Médio são fundamentais para esses/ as jovens sem terra. Os debates contam com assessorias diversas, de professores, pesquisadores de Universidades públicas e ou instituições de pesquisa e jornalismo, representantes de entidades sociais, organizações, militantes e lideranças

políticas entre outras, garantindo uma formação qualificada e uma ampliação das principais discussões da atualidade.

A atividade de 15 dias encerra com o tema da “Organização Política da Juventude” e as Tarefas Politicas da Juventude do campo e da cidade na construção de um Projeto Popular para o Brasil, por entender que a luta por terra, educação, e outros direitos precisava ser ampliado, entre o campo e a cidade. Estes jovens precisavam gestar as tarefas políticas e organizativas para os próximos períodos. Constitui a partir daí um movimento político, social e cultural desses jovens. Um momento importante na consolidação de movimento político desses jovens, assim como relata Weliton Maçal, filho de assentados que esteve também presente no acampamento pedagógico de 2006.

> A importância do acampamento pedagógico da juventude do MST, da classe trabalhadora camponesa no Pará, acredito que nós poderíamos dizer que é um dos únicos eventos que tem aglutinado e refletido sobre a condição formativa da juventude no estado do Pará, é um único espaço em que a juventude camponesa tem um momento de se encontrar pra refletir, estudar dentro do contexto da atualidade sobre a condição do campesinato, e dos seus direitos. Seus direitos enquanto jovens, jovem da classe trabalhadora, pobres que devem se organizar. Então ele vai dar pra gente esse papel do desafio da organicidade da juventude camponesa, sem terra, muito mais forte. É, enquanto estado do Pará, e levando em consideração a região amazônica também ne? Não podemos deixar de dizer que somos juventude camponesa amazônica, esse é um outro enfoque que é sempre muito presente, isso a partir da vida dois trabalhadores que passaram pelo massacre em eldorado. (Em entrevista, 2020)

A fala ressalta a importância do acampamento pelo caráter de enfatizar a formação do jovem, espaço de encontro para refletir sobre sua condição de jovem que faz parte de uma classe. A leitura que a juventude faz da realidade se baseia nas condições sociais e materiais de existência, onde as contradições sociais se expressam em relações sociais desiguais, mas acreditando na possibilidade de mudança a partir da organização de classe, sendo a superação do capitalismo uma das principais saídas para a construção de uma sociedade justa e igual em todos os aspectos, mas que prescinde da organização e da consciência. Uma nova geração de sujeitos políticos e sociais que se propõe a construir enfrentamentos acirrados ao modelo de desenvolvimento.

Capitulo IV: A mística Sem Terra

4.1. O ato da mística e seu caráter formador

O trecho do poema de Pedro Tierra *"...Meu oficio sobre a terra é ressuscitar os mortos e apontar a cara dos assassinos...",* sempre é recitado pelos jovens em momentos de mística, celebrações, atos, e em forma de coro; a mensagem sintetiza as práticas de resistência, expressam bem as tarefas atuais da juventude camponesa amazônica. Destemidos e conscientes, estes jovens rompem a barreira do silêncio e da intolerância na construção de um projeto popular e alternativo capaz de construir rupturas na estrutura social, política e agrárias, contribuindo em profundas transformações na sociedade atual.

A mística praticada pelos jovens camponeses têm sido momentos centrais na formação política, social e cultural desses sujeitos, capaz de mobilizar e aglutinar estes atores sociais. As representações simbólicas dessa juventude também estão ligadas a um projeto contra-hegemônico, que expõe em forma de mística, seus sonhos utópicos, assim como enfatiza Guaraná, (2009, p. 179):

> Um dos repertórios de ação dos movimentos sociais rurais tem sido a mobilização, em eventos nacionais e/ou regionais, daqueles identificados como juventude. Os eventos geram um duplo movimento: por um lado, consistem em um espaço de aproximação e consolidação individual de trajetórias de militância, de sociabilidade e de construção de laços de afetividade e confiança. Por outro, permitem um processo de construção/consolidação da juventude como ator político para dentro dos movimentos sociais e no cenário nacional. Esses são espaços de legitimação e demonstração de "força política", tanto no campo dos próprios movimentos sociais, quanto para os atores das esferas com as quais pretendem negociar e reivindicar suas demandas. As manifestações públicas compreendem espaços privilegiados para o processo de construção e legitimação dessas novas identidades. As místicas, os cantos, as roupas exclusivas para os eventos e para as manifestações de rua aparecem como práticas políticas recorrentes em todos os movimentos sociais. É também nesse espaço que a categoria juventude busca legitimidade como ator político, sujeito de suas ações, discutindo não só questões relativas a ela, mas integrando as questões gerais do movimento às suas discussões.

A mística é um alimento da subjetividade desses atores, tem a ver com aspirações, convicções, sonhos e desejos pessoais e coletivos, mas também está ligado a memória tornando-os então os verdadeiros guardiões da memória de luta, de resistência e dos sonhos. A mística cumpre essa função na vida desses jovens. Pizetta (2006) acredita que "A mística deve comover a juventude, deve tocar o coração e a consciência a fim de que assumam e defendam a causa dos trabalhadores, ao invés de se deixarem levar pelas falsas ilusões da mídia industrial da classe dominante, que a anestesia por todos os meios o potencial rebelde e criativo que existe nos jovens trabalhadores. Em um momento do

desabrochar da consciência, das emoções e da participação ativa nos processos de construção da liberdade".

A mística é um convite que desperta às consciências, que conecta esses jovens a novos valores e princípios da vida coletiva, momentos carregados de simbologias e sentidos, sendo então um mecanismo de interpretação e intervenção na realidade concreta dos sujeitos Sem Terra, assim como Bogo ressalva:

> A classe dominante utiliza-se da arte para obscurecer os aspectos de dominação da classe trabalhadora, esta, por sua vez, deve utilizar a arte para esclarecer e desvendar os aspectos obscuros da realidade para transforma-la. Precisamos encenar como a burguesia usa a arte e como os trabalhadores devem usa-la (BOGO, 2002, p. 141).

Os jovens do acampamento pedagógico de 2006 se inspiraram em Oziel, e tantos outros lutadores do povo, apropriando-se do legado histórico desses lutadores e lutadoras em um despertar das consciências, esses jovens tornam-se construtores de sua própria história, capazes de construir através da linguagem artística, performances, músicas, poemas, côros e gritos de ordens, um sentimento utópico de uma sociedade fraterna e solidária, e a mística como sendo uma ação formativa e emancipatória incumbidos de grandes desafios (...) Sottili, Correia (2016, p. 67) considera que: (...) a mística, do ponto de vista da sua natureza em certos sentidos estéticos, deve estar submetida a pressupostos ideológicos, e, assim, estando a serviço de um objetivo determinado. (...).

A dimensão política, ideológica e artística da mística vem produzindo nos sujeitos Sem Terra a elevação de uma consciência crítica e organizativa, a mística elenca representações simbólicas das profundas contradições do sistema capitalista, que tem como cerne uma sociedade excludente e desigual, no qual tais sujeitos estão inseridos; a ela também é entendida como libertação de um processo de alienação, tendo como a arte e a cultura o principal instrumento de formação e transformação social dos sujeitos, dessa forma credita Brennand:

> As produções simbólicas são as formas principais para a realização da "Mística" com o intuito de animar os dias difíceis da luta cotidiana, trazendo para a centralidade coletiva os sentimentos de cada Sem Terra, para avivar e transformar os sentimentos de dor e indignação em canção, imagens, representações em esperança e determinação para se continuar lutando (BARBOSA; 2019, p.53. Apud BRENNAND, 2017, p. 82).

Neste sentido, a mística constitui também o momento de enfrentamento e da luta pela sobrevivência, e nesse caso, a luta pela terra, pela Reforma Agrária, política necessária para garantir terra de trabalho para famílias camponesas que vivem do cuidar,

arar, plantar e colher frutos da terra, alimentos necessários a reprodução da vida. Mística portanto, é a estética da luta, construída e consolidada durante a trajetória de construção das bases estruturais do movimento Sem Terra, tendo tal manifestação como indissociável desse processo de reivindicação de direitos. Ato de responsabilidade de todos aqueles que compõe o movimento (BARBOSA; 2019, p. 52), em mais de uma década de existência do Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa, os jovens põem em prática a mística. Tais momentos se manifestam nos espaços do acampamento, como no alvorecer, nas plenárias de debates, na ocupação da pista em memória aos massacrados do dia 17 de abril, nas atividades culturais e festivas, nas jornadas socialistas e nos atos políticos, momentos de fortes representações simbólicas para os jovens sem-terra, carregados de sonhos e desejos que estimulam a pertença a um novo projeto de sociedade, baseada na justiça social, igualdade, na cooperação e na solidariedade, a mística do movimento representa o sentimento desse projeto, que se revela cotidianamente na vivência desses valores, na busca pelo novo que perpassa pela construção de um novo modelo de uma nova sociedade. O Movimento Sem Terra luta incondicionalmente por mudanças estruturais na sociedade brasileira (MST, 2016, p. 12), no sentido de construir uma sociedade sem exploradores e explorados.

É notório para todos que estão vinculados diretamente na construção do Acampamento Pedagógico, entender que a mística cumpre um papel aglutinador e animador nos processos de lutas e enfrentamentos, a mística se torna um alimento da subjetividade humana. A mística tem o poder de tocar até mesmo aqueles que não estão vinculados diretamente ao evento, e que estão só de passagem. Tocados pelas canções, pelos movimentos corporais da mística, pelo colorido, o diferente, vimos que as pessoas reagem impactados com as fortes mensagens do Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa. Assim como destaca Caldart (2012) a partir da citação de Barbosa (2019):

> Mas a mística também evoca a materialização (geralmente simbólica) desse sentimento na beleza da ambientação dos encontros, nas celebrações, na animação proporcionada pelo canto, pela poesia, pela dança, pelas encenações de vivencias que devem ser perpetuadas na memória, pelos gestos fortes, pelas homenagens solenes que se prestam a combatentes do povo; lembra os símbolos do movimento, seus instrumentos de trabalho e de resistência, seus gritos de ordem, sua agitação, sua arte. (BARBOSA, 2019, p. 55 Apud CALDART, 2012, p. 213)

Os jovens camponeses pertencentes ao Movimento Sem Terra (MST), herdeiros da luta do seu tempo e do legado histórico da classe trabalhadora fizeram da curva do S, um território banhado de simbologia, de fortes significados, como de lutas e resistências, fé e esperança, sonhos e utopia, dando outro sentido aquela curva que servira de palco de

violência institucionalizada. O Acampamento Pedagógico protagonizado pela juventude, durante 14 anos, tem sido não só um espaço de referência de luta e de negação do dito "estado de direito", mas também um espaço de construção de uma nova narrativa histórica, assim como Medeiros (2001) em trecho de seu poema "Sujeito e Relações" diz que: *"É aqui, onde os pés que abre os caminhos sobre a terra, marcham sob campos, cidades de esperança, onde o olhar distante que guarda a utopia revela a consciência de quem não se aceita mais objeto da história (...)"*, essa mesma obra literária foi ouvida em diversas edições do Acampamento Pedagógico, em um recital coletivo entoado como um grito de liberdade.

4.2 As múltiplas dimensões do Acampamento da Juventude

É importante destacar que nesse fazer coletivo, muitas outras mãos contribuem para a materialização do evento. Além dos Movimentos Sociais do campo também instituições públicas de ensino como a UNIFESSPA, particularmente a Faculdade de Educação do Campo, o IFPA/ Campus Rural de Marabá, onde muitos jovens assentados e acampados, de terras indígenas e de quilombos estudam e que o Acampamento da Juventude se revela como espaço de produção de conhecimento. Lá os estudantes podem fazer atividades válidas aos componentes curriculares dos cursos nos quais estão vinculados e que são validados pelas instituições mencionadas. Essa contribuição vai desde infraestrutura, assessores para mesas de debates e também programação específica como é o Cinefront. Este último dentro da programação do evento tem trazido muitos debater a partir do cinema, em específico o cinema de fronteira e suas provocações com base na produção cinematográfica de curtas enfatizando temas relevantes do contexto dos diversos territórios e da realidade dos sujeitos. Temas como A Guerrilha do Araguaia e seus efeitos na vida do povo camponês e indígena da região, os diversos conflitos agrários, socioambientais provocados pela lógica capitalista na Amazônia, entre outros.

A juventude Sem Terra consegue construir uma ocupação com duração de até 15 dias, na Curva do S, constituindo um espaço de múltiplas dimensões: a pedagógica, a organizativa, a cultural, a política que se expressam nas diversas atividades, que dão a dinâmica da vivência e sua funcionalidade. As vivencias e socializaões coletivas, se traduzem em momentos de suma importância e de um forte teor formativo e educativo, desde o ato do trabalho, como princípio educativo, permeado pela pedagogia do

movimento Sem Terra. Frigotto e Civatta (2012, p. 749) destacam a relação entre trabalho e educação em todas as suas formas:

> ... o caráter formativo e do trabalho e da educação como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo especifico de discussão teórica é o materialismo histórico, no qual se parte do trabalho como produtor dos meios de vida tanto nos aspectos materiais quanto culturais - ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica e de formas de sociabilidade.

Os tempos educativos, entre eles, o trabalho coletivo, constitui a proposta pedagógica de toda ação-pratica do ato político e social em que os sujeitos estão envolvidos, eles se reeducam sob novas perspectivas. O movimento entende que o trabalho precisa está vinculada com a ação pedagógica para formação humana. Para o MST (2005) o trabalho é entendido como:

> O trabalho envolve um conjunto de processos e de ações que transformam a natureza, constroem e reconstroem a vida em sociedade. Através do trabalho, as pessoas, coletivamente (ninguém trabalha sozinho, sempre se relaciona com alguém), garantem a vida e as condições objetivas de seu desenvolvimento, num determinado tempo e espaço social. (MST, 2005, p. 90,)

Assim se estabelece a questão organizativa do acampamento. A juventude produtora desse espaço sociocultural e imediatamente político, tem seu espaço de fala, as áreas de Assentamentos e acampamentos, de famílias que vivem da agricultura camponesa, ocupados pelo MST. Assim essa juventude está dentro da lógica organizativa desse sujeito coletivo, e portanto, sua auto-organização e a organicidade do espaço, perpassa pela intenção pedagógica, associada ao projeto do Movimento Sem Terra, onde o trabalho é a base motriz de toda a base social do MST. É preciso reafirmar que o trabalho está presente na vida do jovem de origem camponesa desde muito cedo, o que o faz assumir diversas tarefas de apoio necessários aos pais desde criança. Esse contato com o trabalho no seio familiar tem um caráter extremamente formativo do sujeito.

No acampamento pedagógico, esses jovens se incorporam nas várias equipes de trabalho. Como sujeitos da ação direta, os jovens protagonizam um conjunto de ações que tem se tornado uma cultura organizativa, ligada ao próprio movimento em que se inserem. Este momento se torna fundamental para a condução do acampamento. Nesse sentido destaco as seguintes equipes de trabalho que compõem a estrutura administraviva:

Equipe de saúde: Dedicado à orientações e prevenção de DSTS (doenças sexualmente transmissíveis) de cuidados com a saúde dos jovens, com distribuição de camisinha e panfletos. Cuidados com a higiene e com o corpo.

Equipe de segurança e disciplina: Responsável pela segurança e a disciplina do

acampamento, da juventude, pela construção de guaritas para controlar e perceber a presença de infiltrados, aconselha que todos/ as participantes tem que ter um crachá de identificação de participação do evento.

Equipe de secretaria: Responsáveis pela produção do material pedagógico e didático como (cadernos personalizados, textos, bolsas etc), credenciamento dos jovens participantes, pela memória do acampamento e dos agradecimentos dos expositores que contribuem durante o período do acampamento.

Equipe de cultura e mística: cuida do embelezamento do acampamento, pensa e organiza as atividades culturais, como: místicas, noites culturais, jornadas socialistas, e os atos.

Equipe de comunicação: são responsáveis pela agitação e propaganda das ideias, faz o registro fotográfico de todo o processo do acampamento e é o porta voz na imprensa.

Equipe de infraestrutura: Responsável por montar o acampamento e prepara as condições objetivas para o acontecimento. É considerada o suporte da atividade.

Equipe de cozinha: Cuida da preparação da alimentação da juventude. Vale destacar que toda a alimentação é trazida dos assentamentos e acampamentos da região, ou seja, das terras das famílias agricultoras, e também de doação de simpatizantes da causa. A equipe é composta normalmente por mulheres (mães dos jovens) e homens que trabalham voluntariamente durante todo o período do acampamento pedagógico.

É importante frisar que as atividades previstas só são possíveis mediante a estrutura organizativa também construída coletivamente no espaço, o que possibilita uma dinâmica participativa e democrática de todos/ as. Tendo como princípio a gestão democrática, a divisão de tarefas é imprescindível, possibilitando a descentralização do poder, com a criação de instâncias organizativas do acampamento, entre elas: a Coordenação Político e Pedagógico (CPP), e a coordenação dos núcleos de base (NBs), formados por jovens. Cada núcleo tem um Coordenador e uma Coordenadora, um relator /a, sendo que os/ as componentes do núcleo deverão assumir uma tarefa no evento e nos coletivos constituídos. É importante destacar que enquanto processo formativo, tem-se o cuidado de garantir processos que reconheçam as novas relações de gênero entre mulheres e homens e comunidade LGBT, estimulando a participação da mulher e outros gêneros nos espaços do movimento, conforme estabelecido em normas e princípio do MST. Nesse sentido o processo é assumido como responsabilidade coletiva. Para o MST (2015) a responsabilidade de coordenar é:

> a) Centralizar e descentralizar as informações; b) Fomentar as discussões nos Núcleos, possibilitando que as decisões sejam tomadas pelos mesmos; c) Cuidado coletivo; d) Garantir a implementação das linhas políticas e princípios organizativos do MST; e) Coordenar os núcleos para o cumprimento das diferentes atividades e funções, garantindo o empenho e participação de todos/as Militantes; f) Primar pela imagem do MST, do Acampamento e da Coletividade; g) Buscar sempre a Unidade interna; h) Coordenar os processos de reflexões matinais com toda coletividade; i) Acompanhar, planejar, e fazer acontecer o Trabalho doméstico; j) Coordenar as atividades diárias no decorrer do encontro.

Toda a proposta que gira em torno do acampamento pedagógico tem como método de direção política, fomentar e estimular processos de gestão coletiva, ou seja, distribuir tarefas individuais e coletivas no maior número possível de pessoas MST (2016). Cabe ressaltar que o papel fundamental da coordenação política e pedagógica (CPP) do acampamento de acordo com o MST (2015),

> A) reconhecer os militantes e as militantes enquanto sujeitos, interagindo e estimulando o processo coletivo, a partir das contradições emergentes, tendo o papel de problematizadores; b) Atuar no sentido de garantir a implementação das linhas políticas e princípios organizativos do Movimento; c) Buscar sempre a participação de todos e todas; d) Manter o contato com os assessores e garantir a execução da programação; e) Preparar e acompanhar os estudos e momentos de estudo; f) Avaliar e discutir o processo pedagógico com a turma; g) Realizar o acompanhamento Pedagógico em todas as dimensões do ser humano.

Como enfatiza o MST, a coordenação pedagógica do acampamento, tem como função a permitir a vivencia dos valores, dos princípios e das regras, os mesmos garantem a dinâmica de funcionamento do acampamento, estabelecendo regras, horários e normas. E fortalecendo a disciplina, quer dizer, o respeito as decisões do coletivo desde o cumprimento dos horários, mas sobretudo das tarefas que cada um cumpre na consolidação da programação que se estabelece em todo o período do acampamento pedagógico (MST, 2016). Abaixo um quadro como exemplo da organização do dia no acampamento.

Quadro 01: Distribuição das Atividades / Organização dia

Horários	Momentos	Atividades
5:30	1º Momento Despertar dos estudantes Acontece com músicas e poesia	Alvorada
6:00	2º Momento Tempo Leitura (em NBs)	Vivencias de uma pratica militante
6:45	3º Momento	Reunião da Coordenação Geral
7:00	4º Momento	Café da manha
	5º Momento A atividade acontece mediante a necessidade do espaço.	Tempo trabalho
8:00	6º Momento	Formatura Acontece a conferencia dos NBs, cantar o hino do MST, hastear a bandeira.q
9:00	7º Momento Espaço onde acontece o processo de formação, mediante as temáticas abordadas durante a programação.	Plenária
12:00	8º Momento	Almoço coletivo
	9º Momento	Organização pessoal
13:00	10º Momento	Reunião das coordenações do NBs
15:00	11º Momento	Vivencia da arte e da cultura
17:00	12º Momento Acontece com a ocupação da BR 175	Ato na pista
18:00	13 Momento	Dança junina
	14º Momento	Organização interna
19:00	15º Momento	Jantar
20:00	16º Momento	Promagação cultural
00:00	17 Momento	Silencio

(Fonte: Secretaria Estadual do MST, 2018)

O processo de formação dos jovens que protagonizam o Acampamento Pedagógico perpassa também pela dimensão política e cultural, e se dá também no processo da **Luta de Classes**, por entenderem que há uma disputa ideológica e antagônica de projetos societários entre pobres e ricos, exploradores e explorados; é por esse

entendimento que esses novos atores sociais e políticos fazem da curva do S o território da resistência camponesa, ao modelo de desenvolvimento imposto ao campo no Sul e Sudeste paraense, que tem base na mineração predatória e na pecuária extensiva. Com referência a teoria de Gramsci lido em Cristina Simões Bezerra analisa que:

> Gramsci não deixa de afirmar a cultura como um amplo "modo de vida", um conjunto de elementos que dão identidade e que orienta uma pratica e uma forma de intervenção na realidade, no entanto, ele também afirma que este "modo de viver pensar e sentir" não pode ser construída apenas por uma dinâmica involuntária e espontânea, mas deve ser orientado, motivado, definido a partir de projetos societários e classistas mais amplos. Existe, nesse sentido, uma formação cultural, que deve ser responsabilidade de um conjunto de espaços e pessoas na dinâmica dessa sociedade. (BEZERRA, p. 140)

Nesse sentido Ademar Bogo (2009), acredita que a cultura deve ser entendida como sendo tudo o que existe, desde o processo de transformação da natureza pelo esforço humano, e esse humano vai se tornando um ser social, que faz sentido existir, criando novos significados, definindo inclusive uma identidade coletiva no grupo de convivência.

Nessa perspectiva é que os jovens camponeses que atuam no Acampamento Pedagógico avançam na formação da consciência social, individual e coletiva camponesa e Sem Terra, e que esse modo de vida produza uma nova práxis, mediando a capacidade de pensar, refletir e a de intervenção na realidade imediata, onde estes sujeitos rompem com a cultura da violência, do silencio, e da intolerância. A ação cultural no qual os mesmos desenvolvem, propõe uma cultura viva e propositiva (LIMA, 2015).

Desenvolver a consciência política, cultural e ideológica tem sido um desafio permanente do movimento Sem Terra, no qual estes jovens se inserem. O Acampamento passa a ser um espaço de aprendizagem, e educativo não apenas do sujeito individual, mas da coletividade, e o processo de elevação da consciência desses atores sociais está intimamente ligada a vivência desses novos valores, concepções e nas mudanças de hábitos, promovendo uma revolução cultural. Silveira, 2012, considera que:

> Diria que a materialização real dos processos de formação que, de fato, acolhem os sujeitos a partir de suas capacidades, das leituras que fazem fundadas majoritariamente no senso comum socialmente produzido, da disponibilização metodológica e teórica de elementos confrontadores do real no sentido de que estes possam ser por eles apropriados de tal forma que lhes possibilite a efetivação de suas próprias sínteses, pessoais e políticas -que supõe naturalmente a imersão em lutas sociais concretas-;em suma, este conjunto diversificado de fatores é que poderá criar as condições subjetivas de instituição, presença e circulação social de um novo projeto de sociedade. (SILVEIRA, 2012, p. 106).

Durante as edições do Acampamento Pedagógico entre os anos de *2006-2019*, foi possível perceber a maturação de uma cultura política e organizativa, combinando as

formas, métodos e a sua própria organicidade, sobretudo incorporando o **Trabalho de Base, Mobilizações e as manifestações de massas**, como elemento dessas práxis educativas a partir da vivência, das experiências fomentadas, pelo trabalho político e organizativo que esses sujeitos desenvolvem. Tal ação produz uma intervenção na realidade em que estes jovens estão inseridos; é importante destacar que a cada edição do Acampamento ela é pensada a partir da leitura do momento atual e conjuntural que define o caráter, o tema e o público alvo do evento.

Essa dimensão política e cultural do Acampamento se materializa nos vários momentos da vivência coletiva, como: Sarau literário, as noites culturais, jornadas socialistas, o ato na pista, vigília, por fim, o ato político e cultural do dia 17 de abril. É importante destacar que todas essas tarefas se consolidam como um ato político e formativo, revelam-se através das manifestações e expressões, sonhos e desejos de uma sociedade livre, soberana e igualitária.

Ato na pista: Todos os dias durante a semana do Acampamento Pedagógico os jovens ocupam a BR 155, as 17h, com suas bandeiras vermelhas. É uma forma de diálogo com a sociedade, bem como trazer a memória das vítimas do massacre de 1996. Num Ato político/cultural os jovens denunciam a impunidade, a violência, o assassinato de suas lideranças e referências, bem como, todas as formas de injustiça cometida contra a classe trabalhadora, as agressões ao meio ambiente, a biodiversidade, os impactos socioambientais causados pelos grupos empresariais do poder econômico. O momento é marcado com um banho de expressões artísticas e culturais, como: músicas, dança da terra, capoeira, poemas, místicas e momentos de falas políticas, intercalando com ato de memória e de rebeldia dos jovens sem-terra.

As atividades do Acampamento da juventude finalizam dia 17 de Abril, dia Internacional da luta camponesa, com um Ato Político que reúne centenas de pessoas do Brasil e de vários outros países, além de agricultores e agricultoras de acampamentos e assentamentos da região, e já é uma tradição cultural como falamos anteriormente. É uma data referência para todos os camponeses que lutam pela democratização da terra.

Esse dia, é o dia que os camponeses a nível nacional e internacional constroem mobilizações conjuntas pelo direito a terra e a vida. Reunindo vários outros movimentos sociais, artistas, religiosos, políticos progressistas, delegações e representações nacionais e internacionais, lideranças religiosas e instituições de ensino.

Para o MST-PA, esse dia é um dos mais belos processos de mobilização massiva

das áreas e de fortalecimento das alianças com outros movimentos populares do campo e da cidade. O Pará, e mais especificamente a Amazônia, tem dado resposta de Organização e Resistência, que tem contraposto o projeto do Grande Capital em curso. É o dia que a ousadia dos jovens SEM TERRAS constrói publicamente uma das maiores manifestações políticas de enfrentamento ao Estado Brasileiro, ao Latifúndio, ao Agronegócio e a Mídia burguesa.

4.3 A Curva do "S" e a disputa pela memória

A Curva do S tornou-se um lugar simbólico da luta e sagrado pela memória dos Sem Terras chacinados, entre eles um jovem menino negro, animador da marcha, a quem homenageamos dando seu nome ao mais belo construto humanos da luta social na Amazõnia: o Acampamento Pedagógico da Juventute Oziel Alves Pereira. Por isso iniciamos esse texto de Costa (2018, p. 174) que diz que "O desafio é instituir um lugar de memória em longo prazo, que não perca sua criticidade e nem cristalize a imagem do passado."

A tentativa de destruição da memória coletiva, é uma estratégia das forças opressora e conservadora, como forma de apagar do imaginário social as representações simbólicas de um povo, e assim aconteceu no ano de 1996. Após o massacre de Eldorado do Carajás, ***Oscar Niemeyer***, renomado arquiteto brasileiro, presenteou o Movimento camponês com um monumento intitulado **"*Eldorado Memoria***" em homenagem as vítima do Massacre. A arte foi assentada na cidade de Marabá, no cruzamento da PA-150 com a BR-230, e inaugurada em 7 de setembro de 1996. Porém, na calada da noite, fora destruído poucos dias depois; em 22 de setembro pela força ruralistas da região. Tal ato de violação a memória e desrespeito a arte, teve repercussão nacional e internacional. O ***Jornal do Brasil***, 1996 publicou a revolta angustiante do artista.

que não.

com que é julgado.

WANDERLEY G. DOS SANTOS

Questionário sobre nada

Sempre que convidada, a opinião pública costuma enumerar os problemas de sua cidade: segurança, emprego, saúde, educação, transporte, impostos. Substitua "impostos" por inflação e obterá o índex de imprevisibilidades que atormentam a opinião pública da Groenlândia, das Ilhas Seychelles, Fiji, Maurícios, além de Saint Kitts and Nevis, Brunei-Darussalam e Letônia. Informo que nada sei sobre Saint Kitts and Nevis além das reclamações manifestadas por sua opinião pública. Minto. Sei que apresenta índice de 0,873 no *Relatório sobre Desenvolvimento Humano* — 1995, superior ao de Brunei-Darussalam, Fiji, Venezuela, México, Colômbia e do nosso Brasil.

Estando certo de que Saint Kitts é ficção de alguns espertos buscando aumentar o número de representantes (votos) no parlamento da ONU, permanecei indiferente à revelação de que o Canadá, campeão do desenvolvimento humano, desfilava com modesto índice de 0,950, não mais do que 0,077 avos de índice acima da fictícia Saint Kitts and Nevis. Tenho em meu poder relatório pessoal e intransferível informando que os saint(c)ttianos padecemos das mesmas carências indicadas por canadenses, austríacos e demais assentos da ONU. Convenhamos: ou muita gente reclama de barriga cheia ou há qualquer coisa estranha com os resultados de meu relatório secreto.

Elementar, soprou-me Sherlock Holmes. Que a opinião pública de Saint Kitts seja parecidíssima com a do Canadá se explica pela pergunta do entrevistador. Observe. Elaborada uma lista que não mencione problemas pessoais, preste atenção no quesito menos "nobre" dos questionários — o quesito "outros".

Como é de conhecimento geral, o quesito não significa nada para o entrevistado. Assim, em face de um entrevistador — é necessário refletir sobre o papel de *autoridade* dos entrevistadores —, o consultado busca a resposta média, o estereótipo. De onde as respostas politicamente corretas: saúde, educação, segurança, ou seja, questões de interesse e bens públicos. Quando são específicas, aparecem resultados surpreendentes. Em setembro de 1954, após o suicídio de Vargas, 32% da classe pobre e *59% dos ricos* consideravam que tudo

Face a um entrevistador,

A SOCIEDADE E O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Apelo à Participação

OSCAR NIEMEYER *

Parece que os latifundiários ainda não compreenderam que a solução do problema da reforma agrária começa a se concretizar.

Que a maioria incomoda este clima de miséria e injustiça que os grandes países já superaram. Que o movimento dos sem-terra se multiplica, que os mais sensíveis o apóiam, que o próprio governo compreende que o problema da reforma agrária pede solução definitiva.

Domingo, no trevo Nova Marabá, um grupo de homens devidamente organizado, altas horas da noite, quebrou ao meio o monumento-estandarte que projetei para os sem-terra.

Não nos surpreenderam: já era coisa esperada.

Aos sem-terra sobre o ocorrido sugiro o mesmo que propus aos representantes da CUT, quando destruíram com bombas, em Volta Redonda, o monumento que fiz aos três operários assassinados naquela cidade.

A solução, disse-lhes, então, é recuperá-lo, deixando à vista as cicatrizes da violência. Uma prova a mais de que a reação ainda está viva em nosso país e de que muitos exibem a mesma brutalidade dos velhos tempos da ditadura.

Aos donos da terra que, por ambição, ignorância ou corporativismo, combatem a reforma agrária, o importante é demonstrar que a luta vai prosseguir.

O monumento-estandarte não é um convite à luta armada, como alguns alardeiam, mas sim um apelo no sentido de que da reforma agrária todos participem.

A TERRA TAMBEM É NOSSA

A revolução dos 'pés-de-alpercata'

ANTONIO VERONESE *

Há duas semanas entrei no Congresso Nacional acompanhado de 300 peões e do líder deles, José Rainha Júnior. Foi uma invasão pacífica da suprema casa legislativa do país. Lá, num privilegiado espaço

Comove-me a determinação desses revolucionários caipiras que, sem dar um só tiro, assentaram 145.000 famílias (quase 1% da população do país) em 1.564 frentes distintas, numa área de quase 7 milhões de hectares (maior que a dos estados do Rio e de Sergipe) e que

eivam o processo, alimentando as críticas e favorecendo à polêmica.

Mas, na sua essência, o pleito do MST é inquestionavelmente justo e procedente. Procurar associá-lo exclusivamente ao PT e a segmentos mais radicais da esquerda é um simplismo maniqueísta. Na verdade o

Fig. 15 - Ilustração e texto de Oscar Niemeyer sobre a destruição do Monumento Eldorado.
Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1996, cad. 1, p. 11

As lutas pela terra na Amazônia desde a colonização até os dias atuais, sempre foram marcados por violentos conflitos, entre atores sociais do campo, e na região sudeste do Estado do Pará. Ali, camponeses Sem Terras se legitimam como parte de um movimento político pela reforma agraria, sujeitos que ameaçam os interesses de grupos conservadores e a lógica de desenvolvimento econômico do campo. Costa (2018), relata que:

> A destruição da obra ocorreu em um momento de intensa disputa por legitimidade social, travada entre MST e fazendeiros articulados em torno da UDR (União Democrática Ruralista). O MST promovia uma ampla movimentação em todo o país, pressionando o governo federal e forçando a desapropriação de terras improdutivas. Os ruralistas, por seu lado, pressionavam o governo contra a ocupação de suas terras, e afirmavam a ilegalidade das ações dos sem-terra.

É possível perceber no ato de destruição do monumento a violência da UDR à memória dos camponeses massacrados, como um atentado aos direitos humanos, esses camponeses que historicamente viraram alvo da violência estrutural e sistêmica na Amazônia.

A curva do S tornou-se o lugar da memória, um santuário místico e sagrado para a classe trabalhadora, e durante quase 15 anos, os jovens Sem Terra tem construído enfrentamentos permanentes contra esse modelo de incivilidade, contra o latifúndio, o agronegócio e a mineração privatizada, modelos que impactam diretamente formas de vida na região.

A curva do S tem legitimado lutas e identidades, e a ação política dos jovens tem

sofrido ataques direto do Estado. No ano eleitoral de 2018, o candidato a presidência da república Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), em sua visita à curva do S em Eldorado dos Carajás, deslegitimou publicamente a luta dos trabalhadores Sem Terra e discursou em defesa dos policiais, O PORTAL VERMELHO, *"Bolsonaro atenta contra o estágio civilizatório do país"* publicou trecho de seu discurso relatado pela repórter Leonencio Nossa, enviada do jornal Estado de S. Paulo:

> Quem tinha que estar preso era o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), gente canalha e vagabundos. Os policiais reagiram pra não morrer" em frente a troncos de castanheiras queimadas que marcam o local do massacre. um grupo de policiais que acompanhava o discurso aplaudiu. Disponivel em https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-defende-pm-por-massacre-em-carajas,70002401802

O discurso adotado pelo candidato em defesa da ação policial, incitava ainda mais a violência contra os camponeses e sobretudo ao público jovem, é uma ameaça a atividade dos jovens que constroem todos os anos o acampamento pedagógico, em um cenário de disputa política, que mostra as contradições sociais de forma acirrada e o antagonismo de classe no País. Os jovens entenderam como afronta à classe trabalhadora e a tentativa de impedir o ato de memória. Assim como relata o jovem Romário da Silva Rodrigues do Assentamento Lourival Santana, jovem participante ativo do acampamento pedagógico lembra que:

> Em 2018, quando o Bolsonaro veio na curva do "S", falando... É! Legitimando a ação da polícia naquele ato covarde por parte da mesma à mando do então governo do Estado da época, Almir Gabriel, e colocando a culpa nos sem-terra. E daí, com essa fala do, na época ainda pré-candidato, hoje então presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, uma tentativa de barrar o Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra. Mas, mesmo com essa vinda do Bolsonaro à curva do "S", local onde aconteceu "uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país", como bem ressaltar Erick Nepomuceno em seu livro sobre o acontecido: O Massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade. Mesmo assim, a juventude sem terra não se intimidou com essa vinda do Bolsonaro e com a fala que o dito fez e ousaram em construir o acampamento. E que nada impediria, mesmo esse atentado à memória, né. A fala dele, a intimidação dele não foi o suficiente pra barrar o Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra de 2018. (RODRIGUES, 2020)

A fala do jovem reafirma a importância de se garantir a realização do acampamento pedagógico no ano de 2018, assim como também para os demais jovens a realização do acampamento se faria necessário e legítimo para fortalecer a memoria de luta e de resistência na Amazônia paraense. Independentimente do clima de violência e da fala ameaçadora do canditado a presidência naquela época os jovens realizariam a atividade na curva do S, como forma de resistência.

CAPÍTULO V – NARRATIVAS IMAGÉTICAS

"Graças à memória, o tempo não está perdido,
e se não está perdido, também o espaço não está".
Paulet

Neste capítulo destinamos às narrativas trazidas pelas imagens fotográficas feitas por diferentes sujeitos durante os eventos. Os registros feitos aos longo dos catorze eventos realizados pela juventude camponesa até agora, de 2006 a 2019, na curva do S em Eldorado dos Carajás. As fotografias não são de profissionais, algumas sim, mas a grande maioria foi disponibilizada gentilmente para este trabalho por pessoas que nos enviaram para este fim e foram feitas por celulares, ou câmeras fotográficas.

As imagens captadas por via fotográfica, durante as edições do acampamento pedagógico, fazem parte da memória coletiva e individual dos sujeitos envolvidos, fruto de um longo percurso histórico, em momentos de organicidade, de luta política, e de confraternização. A práxis desses sujeitos em relação ao espaço, permitiu que estes jovens, homens e mulheres mergulhassem em novas vivencias baseadas em novos valores tendo com princípio o fortalecimento das relações humanistas entre si. Delgado (2003) considera que a:

> História como manifestação do fazer coletivo incorporar vivências individuais e, por decorrência, no mínimo duas dimensões: temporal coletiva e temporal individual. Dimensões que, acopladas, conformam experiências únicas, através de uma dinâmica que reconstrói o passado ao tecer sua representação no presente, plasmando em um único enredo a trama das vivências coletivas. (DELGADO, 2003, p. 14)

É nessa perspectiva que a vida coletiva desses atores sociais ganham novas dimensões na curva do S. A luta contra o esquecimento, e a busca incessante pela memória viva, fez esses jovens traçar um novo curso histórico, tendo a memória como uma tarefa histórica da juventude camponesa, mas também na perspectiva que essa memória seja lição de construção de dias melhores. Para Margarida Neves citada em Delgado, o conceito de memória é entendido como:

> O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação. (Delgado, 2003, p. 18. APUD. Neves, 1998, p. 218).

As lembranças também são parte dessa memória, nesse sentido apresento a síntese desses momentos em um acevo fotográfico, como forma de registro que nos permite

visualizar e perceber esse marco temporal entre o passado-presente-futuro, mas sobretudo, a materialização dessa construção coletiva, processos esses que elevaram consciências capazes de produzir novas formas de lutas, se apropriando da arte, da cultura e da radicalidade. Linguagens essas que demarcam cada edição dos acampamentos pedagógicos.

Com ênfase, destaco as fotografias do ano de 2006, a casa da memória ainda de madeira, guardavam as marcas das balas que abrigaram e protegeram mulheres e crianças da morte, novamente as crianças aparecem na figura 04 no Ato Político e Cultural do 17 de Abril de 2006, em uma mística, onde cada criança tem nas mãos uma rosa vermelha e uma bandeira do MST, momento de revelação do projeto de sociedade defendido pelo Movimento Sem Terra. É importante destacar também que nesse mesmo ano, o massacre dos trabalhadores completava uma década de impunidade, e nessa ocasião a governadora do Estado do Pará na época, esteve presente no ato e em suas palavras Ana Julia Carepa pede perdão pelo massacre de 1996, e em pronunciamento público ela anuncia a reparação do Estado com as indenizações dos mutilados e viúvas vítimas do massacre.

5.1. Juventude, Rebeldia e Memória pelas imagens das Câmeras

Imagem 01: Mística das crianças em homenagem aos assassinados na Curva do S

Creditos: Glauco Brito

O Acampamento da Juventude além de expressar a indignação pela violência cometida pela Policia naquele 17 de abril, expressa as múltiplas faces do povo camponês, sua fé cristã, produzida socialmente desde que a colonização ancorou no litoral brasileiro. A imagem 01 Momento místico com as crianças em respeito a memória dos mortos e em homenagem aos massacrados. Na imagem 02, lá está a Igrejinha Católica, a cruz símbolo e memória do sofrimento de Cristo, espaço sagrado no mundo cristão, mas que não fora respeitado pelas forças opressoras do Estado.

Imagem 02: Igreja Católica e as 19 cruzes simbolizando os assassinados

Créditos Glauco Brito

Créditos: Mercedes Zuliane

Na **imagem 03**, os jovens do acampamento estão vivendo momentos de integração e sociabilidade, o acampamento pedagógico é um espaço de vivencias de valores, entre eles a alegria e esperança na construção de um novo modelo de sociedade. Na **imagem 04**, foi uma intervenção no ato de ocupação da pista 175 em memoria aos massacrados na antiga PA-150, o momento é vivido por dezenas de jovens expressando através da arte e cultura os anseios de uma nova realidade.

Créditos: Mercedes Zuliane

Créditos: Mercedes Zuliane

Em 2011 o acampamento pedagógico foi realizado no Assentamento 17 de Abril no município de Eldorado do Carajás. Na **imagem 05**, uma reverencia às famílias sobreviventes do massacre, quando o assentamento 17 de Abril completara 15 anos de luta e resistência. A celebração contava com momentos de mística, simbologia e de memória como expressa na **imagem 06**, no qual os jovens sem terra constroem uma réplica do monumento das castanheiras no assentamento das famílias.

Créditos: Mercedes Zuliane

Créditos: Glauco Brito

Na **imagem 07** o momento trata de uma apresentação da mística abordando a questão da disputa pela terra na Amazônia e os fortes conflitos forjados pelo latifúndio e o monopólio da terra, e **na imagem 08**, o teatro, a farsa da justiça, apresentado pelo grupo de teatro *Estudo em Cena* que dramatiza de forma critica o julgamento dos mandantes do *Massacre de Eldorado do Carajás*, e como o poder judiciário se torna conivente dos processos de desigualdades e injustiças cometidos contra trabalhadores e camponeses ao longo da história.

Créditos: Glauco Brito

Créditos: Julia Mariano

Imagem 09: jovens com cruzes seguem em forma de procissão para o ato no cemitérios de Curionópolis, onde os corpos dos sem terras foram sepultados. Durante a programação do acampamento pedagógico os jovens constroem momentos de forte simbologia e memória, um culto aos mortos, com fé e repudio a juventude declama poesias, palavras de ordens e cantam, atos que sustentam a lembrança, assim como expressa na i**magem 10** em homenagens as vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás.

Créditos: Julia Mariano

Créditos: Glauco Brito

Na Imagem 11 a diversidade representa um importante símbolo do acampamento do pedagógico, fortalecendo as diversas identidades socioculturais da juventude camponesa, unificando desejos e esperanças na construção coletiva de uma nova sociedade onde a diferença se torna um fator fundamental na construção de um novo projeto popular, assim também como representa na **imagem 12**, no qual os jovens sincronizam sons, cantos e projetos humanistas.

Créditos: Glauco Brito

Créditos: Kleydston Padilha

Na **imagem 13** os jovens registram no céu um lindo arco-íris que corta o acampamento ao meio em um sinal celestial para celebrar a aliança de vida entre os vivos e os mortos na continuação dos sonhos de justiça e a terra repartida, os jovens se comprometem a cada edição do acampamento pedagógico a continuar o legado de luta daqueles que brutalmente foram impedidos de continuar. Em um ato coletivo estes jovens se comprometem com a terra e com a vida, assim como demostra na **imagem 14.**

Créditos: Kleydston Padilha

Considerações finais

Sem a pretensão de concluir a análise e as reflexões da pesquisa sobre o Acampamento Pedagógico ***"Oziel Alves Pereira***", em Eldorado do Carajás, precisamente na Curva do 'S', apresentamos alguns indicativos importantes de entendimento das contradições vivenciadas por camponeses e camponesas num campo tomado pela violência, fruto de uma disputa desigual da terra, território e outros bens comuns como os recursos da natureza. O trabalho tem como foco analisar o protagonismo da juventude na luta pela terra a partir do Acampamento pedagógico, evento que mostra a atuação política da juventude na luta pela Reforma Agraria na Amazônia e no sudeste do Pará, e os reflexos do acampamento na formação da juventude. Considero que as reflexões não se esgotam aqui, e acredito que é importante continuar aprofundando a análise no que diz respeito às várias dimensões formativas adotadas pelo Acampamento Pedagógico, e o lugar social da juventude no momento atual da luta de classes.

Analiso que, as dimensões *pedagógica, organizativa, política e cultural*, tem elencado um papel fundamental na educação social desses sujeitos, tornando-os militantes pensantes, combatentes, críticos e atuantes na construção de um novo projeto societário que tenha como base a democracia, justiça social e igualdade. Constato que, o Acampamento Pedagógico tem sido o real espaço dessa construção coletiva.

É notório que essa intenção pedagógica adotada pelo Movimento Sem Terra também contribui para que esses jovens se auto organizem em seus territórios, onde atuam desenvolvendo um conjunto de ações que vai desde a consolidação de grupos de jovens, círculos de leituras, trabalhos voluntários, participação de espaços de decisão de suas comunidades. Percebi também que a formação no espaço do acampamento se dá constantemente, e a busca pelo o conhecimento é para o movimento sem terra o maior desafio, possibilitando que esses jovens também possam conquistar espaços importantes para a sua formação continuada, entre estes espaços a universidade pública, onde hoje percebe-se que há um número considerável de participantes do Acampamento Pedagógico.

Durante a pesquisa realizada pude visualizar o protagonismo da juventude camponesa em terras na Amazônia, identificando também a relevância de sua atuação nas mobilizações e na formação desses sujeitos, na transformação do campo e de seus territórios.

O Acampamento Pedagógico da Juventude nos seus 14 anos de resistência sem terra, frente a um cenário de avanço do capital, do agronegócio, da mineração, os jovens

tem construído fortes processos de resistência, em desobediência, e não se curvando aos desmandos de governos subservientes à lógica imperialista que impõe a negação de direitos. Às ameaças, à criminalização dos movimentos sociais do campo, nem a violência contra camponeses; faz recuar a rebeldia da juventude sem terra na manutenção do acampamento.

O Acampamento Pedagógico da Juventude se compõe de uma diversidade de jovens, cuja rebeldia se coloca a favor de um campo onde é possível produzir alimentos saudáveis na terra, que tem como matriz tecnológica a agroecologia, a defesa e preservação do meio ambiente.

O caráter formativo coloca na mesa uma heterogeneidade de temáticas de interesses da juventude, entre elas: A questão dos Direitos Humanos, Relações Sociais de Gênero, Agroecologia e Alimentos Saudáveis, Conjuntura Política e Conflitos no Campo e Questão Agraria na Amazônia, e outras. Ocupar a Curva do S, nesses anos todos pela juventude camponesa, revelou de forma ampla, à sociedade local e global as várias mazelas sofridas por camponeses e camponesas no campo, tendo como porta voz a juventude sem terra. E assim mobiliza a nação e o mundo. O Acampamento foi imprescindível para a mobilização de outros campos de luta em outros territórios no mundo, que escolheram essas paragens para o encontro da Via Campesina, com a participação de países de vários continentes que discutiam as investidas do capital na Amazônia e outras localidades do mundo. Vale destacar ainda, que o grito da juventute ecoou muito longe, sensibilizando universidades, jornalistas, fotógrafos profissionais, pesquisadores, enfatizando que o acontecido aqui foi de uma violência brutal, condenando o país por não respeito aos Direitos Humanos e também deu a essa data o *status* de dia Intenacional da luta camponesa.

A Saga e a Mística revelada no Acampamento da Juventude Camponesa Sem Terra alimentam a luta cotidiana, formando novas lideranças, militantes políticos e orgânicos, que assumem papeis importantes nas comunidades, nos assentamentos e acampamentos, e tem contribuído significativamente no crescimento desses jovens participantes do acampamento.

Por fim, penso que estes jovens representam uma nova geração de lutadores e lutadoras, que contrapõe o modelo atual que está em curso, mas sobre tudo uma nova geração destemida, ousada e politizada, que lutam conscientemente por um novo modelo de sociedade fundada em novos valores humanistas.

Referências

Narrativas Orais

BRITO, Rosalino Ribeiro. Entrevista em:13/10/ 2019. Assentamnento 17 de abril

CONCEIÇAO, Fabisley Lima da. Entrevista em: 19/11/2019. Assentamento Dina Teixeira

FILHA, Isabel Lopes. Entrevista em: 15/12/ 2019. Assentamento 26 de março

NASCIMENTO, Batista do. Entrevista em: 20/12/2019. Assentamento Lourival Santana

RODRIGUES, Romario Silva. Entrevista em 05/02/2020. Assentamento Lourival Santana

Bibliografia

ARROYO, M. Os Jovens, seu direito a se saber e o currículo. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo, MAIA, Carla Linhares. (Orgs). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Editora UFMG, Belo Horizonte-MG, 2014. P.157 a 204.

BARBOSA, Luciano Carvalho. As místicas do MST: aspectos formais, políticos e organizativo da construção estética do território. São Paulo, 2019. 126.

BECKER, Bertha K. "Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia". Cadernos NADIAM, Brasília, MMA, 1999.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 1990.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. In: Estudos Avançados 19 (53) 2005 (online) pag. 71-86. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005 Acesso em:

BOGO, Ademar. O MST e a Cultura. São Paulo: 3ª Ed. 2006. Idem

BOGO, Ademar. **O vigor da mística.** São Paulo: Associação Nacional da Cooperação Agrícola, 2002.

BOGO, Ademar; PIZETTA, Adelar João; TROCATE, Charles. **Oziel e a Juventude do MST. Setor de Formação MST – Pará**, 2006.

BOAS, Rafael vilas. ESCOBAR, Maria Inês. LIMA, Mariana cruz de almeida. **Caderno de cultura 03: Desenvolvimento sustentável dos assentamentos fenderias.** Santa Maria: editora gráfica de Caxias, 2016. 232 p.

BRASIL, Marilia Carvalho. Os fluxos migratórios da região norte, 13, n. 1(1997)

CASTRO, Elisa Guaraná de. [et al.] **Os jovens estão indo embora?**: juventude rural e a construção de um ator político /. - Rio de Janeiro: Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009. Deisponível em: http://repiica.iica.int/docs/B3893p/B3893p.pdf Acesso em: 29.03.2020.

COSTA, Gil Vieira. **Fabricar a memória da violência**: imagens do massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea1. **Arteriais** | revista do ppgartes | ica | ufpa | n. 07 Dez 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ppgartes/article/view/7056 Acesso em 20.04.2020.

CONGILIO, C. Regina. **Riquezas e Pobrezas: duas faces da mineração no sudeste do Pará.2013**. http://www.ecosdecarajas.org.br/index.php/mineracao/63-riquesas-e-pobresa-duas-faces-da-mineracao-nos-sudeste-do-para. Acesso em: 8.jun.2014.

DEMO, Pedro, 1941- **Metodologia cientifica em ciências sociais.** 3. Ed. Ver. E ampl.- são Paulo: atlas, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. L.A.N. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. Dicionário da Educação do Campo, Expressão Popular ,2012.

GOMES, Flávio dos Santos. De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. 1ª ed. São Paulo: Claro enigma, 2011.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rev. Bras. de Educ. v. 16 n.47 mai-ago.2011. Disponível em:http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acesso em 20.02.2020.

GOHN, M. da Glória. **Movimentos Sociais, Política e Educação.** In: Almeida, M. de L. P. de. JEZINE, E. Educação e Movimentos Sociais: Novos Olhares. Campinas, SP, editora Alínea, 2007.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: **arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPEA & FBSP. **Atlas da Violência 2018**. [online] Disponível em https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8626-7457-2852-180604atlasdaviolencia2018.pdf Acesso: em 13.07.2020.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. Prefacio de Ana Maria freire. 2.ed.rev. Brasília: editora universidade de Brasília: fundação Perseu Abramo, 1ª repreensão, 2ª edição revista 2015. 191 p.;21 cm.

MAFORT, Kelli Cristine de. **Reestruturação produtiva no campo e os processos de trabalho nos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo**. Universidade São Paulo, 2018 235 f. (Tese de Doutorado)

MARINHO, Dalcione Lima. **Rompendo cercas e construindo saberes:** a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará. Prefacio prof. Dr Mario Médice Barbosa. Recife: Imprima, 2016.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): p.

25-70, mai 1996. Disponível em: www.scielo.br › scielo › pid=S0103-20701996000100025 Acesso em: 19.02.2020.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Hucitec, 1997, 213 pgs.

MICHELOTTI, Fernando. **Expansão do Agro-Minero-negócio na Amazônia e o pacto com o latifúndio. 2019.** disponível em https://www.alainet.org/pt/articulo/204498 Acesso em: 29.mar.2020

NETTO VARGAS, Sebastião L. F. **A Mística da Resistência:** culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. 2007. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo.

NETTO VARGAS, Sebastião L. F. **Normas Gerais e Precipícios Organizativos do MST**. São Paulo: 2016.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**/ Fiorelo Picoli1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256 p.

RIBEIRO, Darcy. **A Formação do Povo Brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, André Carlos. **O MST e a luta pela terra no Pará.** 1.ED. Maraba, PA: Editorial iguana, 2015.76 p. : il.

SILVEIRA, Maria Lídia de Sousa da. Cadernos de estudos da ENFF, 2012. _____. Gramsci e a formação política: Notas sobre poder e Estado no pensamento política de Gramsci. Guararema, SP.

SILVA, C. P. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. [online] Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019 UFPA p. 33-51. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0034.pdf Acesso em

SILVA, Arão Marques. As Oligarquias Tocantinas nos Castanhais do Sudeste Pará. 2010. [*online*] Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/as-oligarquias -tocantinas-nos-castanhais-do-sudeste-para/49176/ Acesso em 10.abr.2020.

STEDILE, Joao Pedro, 1953- Brava gente e a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Joao Pedro Stedile, Bernardo Mançano Fernandes.2-.ed-São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abrumo, 2012. 176p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Dossiê Movimentos Sociais. Soc. estado. vol.21 no.1 Brasília Jan./Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 25.04.2020.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. - **Conflitualidades e Violências na Sociedade Brasileira**. Trabalho apresentado no 59 Congresso Brasileiro de Geógrafos. Curitiba, julho de 1994.

2016. Disponivel em: **https://wp.ufpel.edu.br/aulusmm/2016/03/16/os-homens-da-terra-vinicius-de-moraes/** Acesso em 07.09.2020**.**

Documentários:

ProacSP, Secretaria de Cultura de São Paulo. A Farsa. Ensaio sobre a verdade. Episódio 5: Entreato da escuta: Cadê a Terra? disponível em https://www.youtube.com